

Universidade de Brasília
Departamento de Sociologia
Monografia de Graduação

Os Ricos no Brasil
Uma investigação dos determinantes da desigualdade salarial

Juliana de Castro Galvão

Marcelo Medeiros
(Orientador)

Juliana de Castro Galvão

Os Ricos no Brasil
Uma investigação dos determinantes da desigualdade salarial

Monografia apresentada como requisito
Para obtenção do diploma de graduação
em Sociologia pelo Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília,
sob orientação do Professor Marcelo
Medeiros.

Brasília-DF

2/2012

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Marcelo Medeiros, pelas horas dedicadas, pela sua paciência e seu entusiasmo ao longo de toda essa pesquisa.

As e os colegas de monografia e estágio Leticia, Jelder, Clarice, Caio e, especialmente, ao Victor, pela sua paciência durante as excelentes aulas de Stata, sem as quais teria dificultado muito a execução dessa pesquisa.

As e os colegas da sociais, pelos estudos em grupo e momentos de descontração. Especialmente à Irma e Thais, pela companhia em matérias optativas.

Ao Bruno, agradeço todo o carinho, cuidado e ajuda sempre, sem dúvida foi essencial, não somente na elaboração dessa pesquisa, mas durante minha trajetória de graduação.

Ao meu pai, por sempre me incentivar a fazer o que eu quisesse e acreditar em mim sempre e que dedicou, carinhosamente, um bom tempo na revisão final desse trabalho.

A minha mãe, que sempre esteve comigo, me ajudando em todos os momentos da minha vida, e que me ajudou muito na elaboração dessa pesquisa, sempre amorosa e paciente ouvindo minhas ideias e propondo novas reflexões.

RESUMO

A partir dos dados do Censo 2010, essa pesquisa analisou determinantes das diferenças salariais dos trabalhadores brasileiros com idade igual ou maior a 25 anos no mês de julho de 2010. Testa-se a hipótese de que a educação é um dos principais determinantes na chance de ser rico no Brasil. Foram efetuadas doze regressões logísticas para dois modelos gerais diferentes para 6 grupos de renda, as quais incluíam informações sobre os cursos de graduação concluídos pelos indivíduos, sexo, cor da pele e região geográfica. Resultados sugerem que ter um diploma de graduação aumenta consideravelmente a chance de se estar entre os 10% dos trabalhadores com os maiores salários. No entanto, já se estando nos 10%, a variável de educação perde poder explicativo na determinação da chance de se estar entre o 1% mais rico e não explica o salto do 1% para o 0,1% mais rico.

Palavras-chave: educação, elite, ricos, salário.

ABSTRACT

Based on the 2010 Brazilian Census data, this research aimed at analyzing the determinants of wage differentials of Brazilian workers aged equal or greater than 25 in July of 2010. The hypothesis tested is that education is a major determinant in the chance of being rich in Brazil. Twelve logistic regressions were performed for two general models for 6 different income groups, which included information about the respondents' undergraduate courses, gender, race and geographic region. Results suggest that having an undergraduate degree expressively increases one's chances of being among the 10% of workers with higher wages. However, if one is already within the richest 10%, the educational variable loses explanatory power in determining the chance of the leap to the richest 1% and it doesn't explain the egress from the 1% to the 0.1% richest.

Key-words: education, elite, rich, wages

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. ELITES	8
1.1 Poder, Autoridade e Hierarquia	8
1.2. Elitismo	11
1.3. Os “Clássicos” das Elites	12
1.4. Perspectivas Contra Elitistas	15
1.5. Elites e Democracia	19
2. DESIGUALDADES NO BRASIL	22
2.1. Desigualdades e as Elites no Brasil	22
2.2. Teorias da Educação: do pessimismo ao otimismo	31
3. METODOLOGIA	31
3.1. Apresentação do Modelo	31
4. RESULTADOS	36
5. CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. A compreensão das determinantes dessa desigualdade é essencial no delineamento das especificidades do cenário brasileiro, que são básicas na formulação de políticas sociais.

Diversas pesquisas já foram desenvolvidas no Brasil (citar dois ou três autores) na tentativa de caracterizar a população que pertence aos estratos mais baixos de renda. No entanto, ainda são poucas as pesquisas que tentam determinar os fatores que caracterizam os estratos mais altos. Pesquisas desse tipo são importantes, pois tentam mostrar quais são os fatores que seriam mais relevantes na saída dos estratos menos elevados para os estratos mais elevados.

Essa pesquisa tem por objetivo geral analisar os aspectos sociais que permitem compreender as desigualdades dos salários dos trabalhadores no Brasil, para identificar particularmente o impacto da conclusão de um determinado curso de graduação na probabilidade de se ser rico. O termo rico será tratado de forma comparativa com outros estratos de renda, que serão estabelecidos ao longo da análise.

A primeira hipótese é de que a educação é importante para se sair dos menos ricos para os mais ricos da população, no entanto ela vai perdendo seu poder explicativo quanto maior é o corte de renda. A segunda hipótese é que esse poder explicativo da variável educacional varie consideravelmente de acordo com os cursos de graduação concluídos pelos indivíduos.

No intuito de atender ao objetivo dessa pesquisa e testar suas hipóteses, foi utilizado um modelo logístico, no qual 1 é a chance do indivíduo ser rico e 0 a chance de não ser rico. Foram utilizados os dados do Censo 2010, tendo como população de análise os indivíduos com idade maior ou igual a 25 anos e que declararam rendimento bruto do trabalho principal no mês de referência (julho de 2010) maior que zero.

Esse trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se, inicialmente, as relações de poder, autoridade e hierarquia, com o intuito de melhor compreender o funcionamento e dinâmica das elites. Após, desenvolve-se um diálogo entre a teoria “clássica” das elites, elitismo e as perspectivas “contra-elitistas”, no

intuito de demarcar as diferentes visões que cercam essas teorias e pensamentos. No Brasil as elites tendem a pertencer aos estratos mais elevados de renda. No entanto, o dinheiro por si só não configura uma elite, ou seja, quem é rico não será necessariamente é elite e vice-versa.

O capítulo 2 traça um panorama geral de teorias de democracia, elites e desigualdades na configuração da sociedade brasileira. Será abordada a visão das elites e das “não-elites” quanto às desigualdades no Brasil, de acordo com pesquisas realizadas no últimos 10 anos. Também será feita uma análise de teorias da educação, tanto mais gerais, quanto de pesquisas voltadas especificamente ao caso brasileiro. O foco foi dado a variável educacional por esta ser, entre as variáveis analisadas, a que tem maior impacto na determinação da chance de um individuo ser rico ou “não-rico” de acordo com os rendimentos do trabalho.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia utilizada nessa pesquisa. O capítulo 4 apresenta os resultados dos modelos logísticos. Por fim, o capítulo 5 trata das conclusões gerais desse trabalho e algumas recomendações para pesquisas futuras.

1. ELITES

1.1 Poder, Autoridade e Hierarquia

A ideia de Poder tende a estar permeada pela ideia de desigualdade e conflito latente. Essa desigualdade pode ser tanto de recursos materiais e desigualdades nas posições sociais, principalmente de mando e de reconhecimento. Sendo o poder um fator social multidimensional, este é recorrentemente analisado por tipologias que abarcam concepções de coerção, influência, autoridade, força, manipulação e hierarquia.

O conflito latente envolve, para Steven Lukes (2005), o ponto mais eficiente e essencial do poder, o de prevenir que esses conflitos eclodam. Lukes estabelece um diálogo com outras duas visões de poder, a visão dos pluralistas e a dos críticos, com o intuito de criar a sua própria teoria do poder, que o autor denomina de “visão tridimensional do poder”. Na concepção de Lukes poder e autoridade podem ou não ser uma forma de influência. Isso vai depender da presença ou ausência de sanções. Influência e autoridade também podem ou não ser uma forma de poder, no entanto o que determinará isso será a presença de conflitos de interesse. Desta forma, para Lukes, autoridade consensual, na qual não há conflito de interesses, não é uma forma de poder.

Outro ponto importante das concepções de poder, como observa Louis Dumont (2000), é que nem toda relação de hierarquia é um relação de autoridade, como a ideologia moderna ocidental concebe, apesar de toda relação de autoridade ser uma relação de hierarquia. Autoridade requer reconhecimento e legitimidade, logo tem de haver relação entre os atores. No entanto, a hierarquia não estabelece automaticamente uma relação de autoridade. Dumont (1966) fez um estudo teórico comparativo voltado para a organização social tradicional da Índia, tendo como contraponto a reflexão da sociedade moderna. A partir da noção de hierarquia contida na organização social das castas indianas, Dumont faz um paralelo com percepções de um igualitarismo moral e político com os quais as sociedades modernas estão vinculadas. Dessa forma, “trata-se apenas de uma tentativa de apreender intelectualmente outros valores” (DUMONT, 1966, p.67), no caso, a compreensão do sistema das castas. O maior obstáculo a esse objetivo é a negação moderna da hierarquia.

Segundo Dumont (1966), associada à Ideologia moderna estão suas ideias cardinais: igualdade e liberdade. Estas possuem como princípio único a representação valorizada da ideia do indivíduo humano. No ideal das sociedades modernas, o ser humano é elementar e indivisível, sob sua forma de ser biológico e ao mesmo tempo de sujeito pensante. A sociedade seria o meio, e a vida, o fim. Assim a sociedade moderna age em conjunto e pensa a partir do indivíduo: “O indivíduo do tipo moderno não se opõe à sociedade do tipo hierárquico como a parte ao todo, mas como seu igual ou seu homólogo, um e outro correspondendo à essência do homem” (DUMONT, 1966, p.58). Para Dumont, o traço moderno que se opõe mais imediatamente ao sistema de castas é o da concepção de igualdade.

O discurso da igualdade nas sociedades ocidentais modernas tende a ser caracterizado por um ideal, não de igualdade absoluta em termos gerais, mas de igualdade de oportunidade, almejando uma sociedade verdadeiramente meritocrática. No entanto, como aponta Mincer (1970), a perfeita igualdade de oportunidade e máxima eficiência caracterizaria uma sociedade meritocrática, mas essa sociedade, que muitos consideram atrativa, é bem consistente com largas escalas de desigualdade de renda, dependentes de desigualdades em habilidade. Para Dumont esse imaginário ou ideal igualitário no qual se ancora a ideologia moderna, dificulta, ou até mesmo impossibilita, o entendimento do sistema de castas, pois a modernidade tem a necessidade de explicar e legitimar as relações de poder. “Os modernos” sempre veriam, na percepção de Dumont, a hierarquia como uma autoridade sistematicamente graduada.

Dumont (2000) chama de “ideologia” “o conjunto das ideias e dos valores ou das representações comuns em uma sociedade ou correntes em um dado meio social” (DUMONT, 2000, p.29). Dessa forma, a ideologia é em cada caso um conjunto social de representações, sendo tomada como uma unidade de representação que não exclui a contradição ou o conflito. Segundo Dumont o isolamento da ideologia é necessário para transcendê-la, pois esta é o meio espontâneo do pensamento. “Nela permanecemos encerrados por tanto tempo que não tomamos como objeto de nossa reflexão” (DUMONT, 2000, p.41). Para Dumont, a igualdade pode até existir no discurso e no sistema de crenças, mas ela não existe de fato nem no mundo que a criou e defende - o mundo dos valores ocidentais.

Assim como Dumont trabalha a ideia negativa associada à noção de hierarquia nas sociedades ocidentais modernas, Yves Simon (1980) aborda a noção negativa

associada à concepção de autoridade. Simon tenta expor como autoridade e liberdade não são opostas irreconciliáveis e como estes dois elementos na verdade se complementam em todos os aspectos da vida humana

Para Simon sem “alocação impositiva/oficial” de valores não pode haver sistema político. A autoridade na comunidade é necessária quando esta quer identificar o bem comum, sendo a função essencial de um governo decidir os objetivos antes de escolher os meios, ou seja, a base da autoridade é a prioridade de metas. A noção de Simon de autoridade é mais frágil que a concepção de Max Weber, pois para Simon a autoridade legítima está sempre em uma posição na qual seja possível o seu questionamento.

Para Weber (1982), diferentemente de Simon e Lukes, o poder social tem um caráter sempre coercitivo e toda autoridade é legítima. Weber define poder, em termos gerais, como sendo “a possibilidade de que um homem ou grupo de homens, realize sua vontade própria num ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participem da ação”. (WEBER, 1982, p.211). Weber define essa ação comunitária como a “ação orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo” (WEBER, 1982, p.215). Weber destaca que existe uma diferença entre o poder “condicionado economicamente” e o poder “como tal”. O primeiro, geralmente, não é reconhecido como base de honras sociais.

Segundo Weber, “Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada legítima)” (WEBER, 1982, p.98-99). Weber argumenta que os dominados obedecem à autoridade dos dominantes tendo em vista primordialmente três legitimações básicas dos domínios tradicionais, carismáticos e racionais-legais, em seus tipos “puros”. Os indivíduos obedeceriam, portanto: por tradição; ao “carisma” exclusivamente pessoal do líder; e em virtude do “estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente criadas” (WEBER, 1982, p.99).

Em oposição à teoria Weberiana, para quem “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 1982, p.98), deve-se destacar a teoria de Hannah Arendt, pois na concepção Arendtiana a violência (e não a força, pois força para ela diz

respeito à natureza) nunca é legítima e somente em algumas situações poderá ser justificável. Para Arendt (1990), a violência entra em cena quando o poder está sendo perdido. Arendt (1992) defende que a autoridade é inversamente proporcional a questionamentos e é composta de três elementos necessários: hierarquia, obediência e liberdade.

1.2. Elitismo

Entende-se por uma perspectiva elitista um discurso de caráter mais ideológico que acadêmico e que defende a existência de elites como algo desejável. Nesse ponto trataremos de dois autores José Ortega y Gasset e Friedrich Nietzsche.

Em Nietzsche (2005) predomina uma noção de elites que se explica por intermédio de características extraordinárias. Para Nietzsche existe uma divisão natural entre os seres humanos em fortes, no sentido das atitudes, e fracos. O *ethos* da religião cristã permite que os fracos dominem os fortes, que são questionadores, incrédulos e céticos. Essa é, para Nietzsche, a pior das tiranias, pois o movimento cristão seria na verdade uma domesticação das massas ao produzir uma mentalidade de rebanho.

Moral é hoje, na Europa, moral de animal de rebanho (...) e, com a ajuda de uma religião que satisfaz e adula os mais sublimes desejos do animal de rebanho, chegou-se ao ponto de encontrarmos até mesmo nas instituições políticas e sociais uma expressão cada vez mais visível dessa moral: o movimento democrático constitui a herança do movimento cristão” (Nietzsche, 2005, p.90)

Para Ortega y Gasset (1962), as elites são vistas como um grupo que pode ter acesso a espaços e bens na forma de privilégio ao contrário da teoria de Nietzsche, na qual predomina o foco na concepção das elites explicada por características extraordinárias dos indivíduos.

Ortega y Gasset divide a sociedade em duas classes de seres humanos, que juntas constituem uma unidade dinâmica: massa, que é qualitativa, formada por um “conjunto de pessoas não especialmente qualificadas” e se diferencia de multidão, pois esta é apenas um conceito quantitativo e visual; e minorias especiais, que é constituída

por “grupos de indivíduos especialmente qualificados” (ORTEGA Y GASSET, 1962, p.37).

Essa divisão em classes de seres humanos é diferente da divisão em classes sociais, pois o seu foco não é em um grupo privilegiado, mas nas pessoas que compõem esse grupo. A minoria é formada por indivíduos seletos, que possuem em comum as características de serem mais auto-exigentes que a maioria, se acumulando de dificuldades e deveres, em um esforço contínuo de auto-aperfeiçoamento. Por outro lado, a maioria não se preocupa com conquistas, se contenta com o que é dado e são preguiçosas. Para ser seletos, é necessária a consciência de se ser extraordinário e não ter preguiça, o talento por si só não basta. Logo, em qualquer classe social pode-se encontrar massa e seletos “autênticos”.

Ortega y Gasset crítica a “hiperdemocracia”, que o autor caracteriza como o momento da história no qual a multidão mais tenha chegado a governar tão diretamente. Nessa as massas mudam de atitude, reivindicando entrar em espaços, como da arte e política, que antes eram exclusivos dos seletos. O problema da hiperdemocracia é a homogeneização do todo, “a massa faz sucumbir tudo o que é diferente egrégio, individual, qualificado e especial” (ORTEGA Y GASSET, 1962, p.41).

1.3. Os “Clássicos” das Elites

Em geral consideram-se como os teóricos “clássicos” das elites três autores principais: Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels. Eles possuem em comum a tentativa de explicar “leis inexoráveis”. Mais especificamente, eles formulam teorias das elites, que são no fundo teorias de Estado, e tentam explicar a existência e permanência das elites no poder.

Segundo Pareto (1984) tem-se na população dois estratos: o estrato inferior, ou seja a classe não-eleita, na qual se encontra os governados; e o estrato superior, na qual estão comumente os governantes. O estrato superior se divide em classe eleita de governo, constituída pelas pessoas que direta ou indiretamente participam de modo considerável do governo, e classe eleita não de governo, que se forma pelo os indivíduos que sobram da classe eleita de governo.

Existem certas etiquetas que darão lugar aos indivíduos nessas classes. “A riqueza, o parentesco fazem com que quem não deveria possuí-la use a etiqueta da classe eleita em geral ou da classe eleita em particular” (PARETO, 1984, p.77). Na visão de Pareto, é fato que a sociedade humana não é homogênea e que as classes sociais não estão inteiramente separadas e que as noções modernas promovem intensa circulação entre as várias classes. Pareto denomina essa mudança de classe de “circulação das elites”, quando ocorre entre a classe eleita e a classe não-eleita de governo. Para que se compreenda o movimento de circulação das elites é preciso levar em conta as inclinações, sentimentos e atitudes que as pessoas levam do grupo de onde estavam para o grupo que vão, pois “a causa poderosa de perturbação do equilíbrio social é o acúmulo de elementos superiores nas classes inferiores e, vice-versa, de elementos inferiores nas classes superiores” (PARETO, 1984, p.82)

Segundo Pareto, “a história é um cemitério de aristocracias” (PARETO, 1984, p.81). Certas, aristocracias decaem também em qualidade e não somente em número. A classe governante se restaura em número por meio do descarte de seus componentes que mais decaíram, mas, mais importante, esta se restaura “em qualidade pelas famílias que vem das classes inferiores, que trazem energia e proporções de resíduos necessários para se manterem no poder” (PARETO, 1984, p.81). Pareto denomina de resíduo algo que corresponde, possivelmente, a certos instintos dos seres humanos, não possuindo existência objetiva, variando de acordo com cada indivíduo e são de importância chave para a busca das condições de equilíbrio social.

Com isto, para Pareto, os indivíduos não se sustentam na posição de superioridade, o que é mantido é a estrutura. As classes não são estáticas, mas são inevitáveis. Na dinâmica de classes existe uma circulação permanente de indivíduos, mas não de segmentos, logo é a estrutura que se mantém e não os indivíduos.

Ao contrário de Pareto, que está mais preocupado em saber como ocorre o equilíbrio social, que para ele nunca vai ser igualitário, Mosca quer saber por que minorias numéricas dirigem maiorias numéricas e não o contrário.

Segundo Mosca, em todas as sociedades aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira é “sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo”, a segunda, mais numerosa “é dirigida e controlada pela primeira” (MOSCA,

1966, p.51). Os membros da classe dirigente sempre possuem um atributo real ou aparente, que é altamente valorizado e de muita influência na sociedade em que vivem.

Segundo Mosca, é inevitável o domínio de uma minoria organizada, obedecendo ao mesmo impulso, sobre a maioria desorganizada: “O poder de qualquer minoria é irresistível ao se dirigir contra cada um dos membros da maioria tomado isoladamente, o qual se vê sozinho face à totalidade da minoria organizada. Ao mesmo tempo, a minoria é organizada justamente por ser uma minoria” (MOSCA, 1966, p.54).

Em resumo, Mosca argumenta que é inevitável o domínio de uma minoria organizada, obedecendo ao mesmo impulso, sobre a maioria desorganizada. O ponto chave disto está na capacidade de comunicação de pequenos grupos. Dessa forma, maiorias numéricas aceitam serem dirigidas por minorias numéricas, pois, em relação à maioria fragmentada, a minoria numérica organizada é uma maioria.

Michels (1982) cria a lei de bronze das oligarquias para sustentar a sua tese de inexorabilidade das estruturas de poder. O autor defende que a política é conservadora, tendendo a fortalecer uma estrutura imóvel:

A história parece nos ensinar que não existe nenhum movimento popular, por energético e vigoroso que seja, capaz de provocar no organismo social do mundo civilizado transformações profundas e permanentes. É o que os elementos preponderantes do movimento, a saber os homens que o dirigem e o alimentam, terminam por se afastarem pouco a pouco das massas e por serem atraídos pela órbita da “classe política” dominante. Eles trazem talvez poucas “ideias novas” a esta, mas em contrapartida muito mais força criativa e inteligência prática e lhe insuflam assim, uma nova juventude (MICHELS, 1982, p.236)

Michels principalmente os grupos que apontam para discursos mais igualitários: “Espera-se, na verdade, que a revolução social não substitua a classe dominante visível e tangível que existe atualmente e que age abertamente, por uma oligarquia demagógica clandestina operando sob a falsa máscara da igualdade” (MICHELS, 1982, p.231).

Michels critica Pareto por este falar que grupos homogêneos se sucedem no poder, pois o que acontece na realidade, para Michels, é uma mistura de quadros, que no fundo estão na mesma dinâmica. Michels se apoia na lógica dos resíduos e derivações de Pareto, que são chave para entender as condições do equilíbrio social, ao defender

que existem minorias antigas que não possuem mais energia para se manter no poder, podendo ser substituídas por novas minorias mais ambiciosas.

Michels se apoia na teoria de Mosca ao defender, na sua lei de bronze das oligarquias, que uma minoria política sempre concentra mais poder que uma maioria, pois essa minoria é organizada e toda organização é uma oligarquização.

1.4. Perspectivas Contra-Elitistas

Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Friedrich Engels e Pierre-Joseph Proudhon são autores igualitários. Vão propor modelos de sociedade bastante diferenciados, mas todos apoiados na concepção de igualdade como requisito para a liberdade.

Rousseau (1968) tenta compreender o que legitima a transformação dos indivíduos em seres acorrentados, em escravos. Segundo Rousseau, todos nascem iguais e livres. A primeira lei humana, no estado de natureza, é a da auto preservação. Logo, as pessoas só abrem mão de sua liberdade quando isso lhes parece vantajoso. Como os seres humanos só podem combinar e controlar forças que já existem, sem poder criar novas, a única maneira de se preservarem é unindo os seus poderes, formando uma combinação forte o bastante para sobrepor qualquer resistência e que assim os poderes sejam guiados por um único motivo e ato em questão. Portanto, cada indivíduo abdica de si mesmo e de seus direitos, cedendo-os à comunidade como um todo. Ao se entregar para o todo, o indivíduo, ao mesmo tempo, não está se entregando para ninguém. Na troca, ele ganha mais poderes, pois os direitos de todos são iguais, fundados nas leis do estado, e ele tem mais meios para proteger os seus bens.

Segundo Rousseau, cada pessoa, ao aceitar o contrato, se compromete primeiramente como membro do corpo soberano em relação aos indivíduos e, em segundo lugar, como membro do Estado em relação à soberania. Como a soberania é composta pelos indivíduos que a formam, os seus interesses não podem ser contrários aos da vontade geral, que é guiada pelos interesses públicos (visa à igualdade) e não aos privados de alguns indivíduos (inclinados à parcialidade). Dessa forma, a soberania nunca pode ser alienada, dividida e não pode exercer um poder para além dos limites das convenções gerais.

O estado de guerra, para Rousseau, não emerge de relações pessoais, mas somente de relações de propriedade, pois os indivíduos não são naturalmente inimigos. Portanto, para ele, a guerra não é uma relação entre pessoas, mas uma relação entre Estados. Os indivíduos na guerra não são inimigos, pelo menos não como cidadãos pertencentes a um Estado. São inimigos apenas como soldados defensores do Estado.

Para Rousseau, quando os indivíduos passam do Estado de natureza para a sociedade civil, eles ganham direitos muito superiores àqueles do quais eles abriram mão. Passam de um animal estúpido e limitado para um ser humano inteligente, que tem a justiça como regra de conduta, ao invés do instinto. Dão as suas ações a qualidade moral que lhes faltava. O que o indivíduo perde com o contrato social é a liberdade natural (que é limitada somente pelo poder físico de cada indivíduo) e direito natural a qualquer coisa que deseja e que pode pegar. Porém, o que ele ganha com o contrato social é a liberdade civil (que é limitada pela vontade geral) e o direito legal à propriedade (que deve ser baseada em um contrato legal), no qual ele tem posse (baseada somente em força e no direito do primeiro ocupante).

No entanto, a criação do Estado civil como consequência da propriedade privada, na qual se concentram as armas, Rousseau denomina de “falso contrato”. A saída do Estado de Natureza, para o autor, se dá por acaso, por conta de sobrevivência e cooperação, e não por escolha. Ao sair-se do estado de natureza, caso não se escolha o caminho das luzes, cai-se no “falso contrato”. Este se baseia nas necessidades artificiais que levam aos maus sentimentos e à instituição da propriedade privada, fazendo com que as pessoas tornem-se reféns dos seus bens, o que culmina em guerra. Nesse cenário, as armas e leis protegem a propriedade privada de forma desagregadora, levando à opressão legal. O caminho das luzes levaria ao “novo contrato social”. Neste, o desenvolvimento da comunicação, concomitante ao da razão, levaria às virtudes que estabeleceriam a vontade geral.

Rousseau (1987) localiza nos sentimentos a origem da desigualdade entre os indivíduos, pois com a advento da comunicação entre os indivíduos e o tempo livre para o ócio, que será preenchido com arte e ciência, serão revelados talentos, que são aonde se encontra, provavelmente, a origem das desigualdades, pois o reconhecimento destes talentos como superioridade gera e funda as elites. No entanto, nestes mesmos sentimentos também encontra-se a solução da desigualdade, por intermédio da igualdade moral. O autor aponta o advento da comparação entre os indivíduos como o

primeiro passo para a desigualdade e para o vício. A desigualdade, para Rousseau, se divide em três tipos de desigualdades: físicas, espirituais e sociais. As duas primeiras são inevitáveis e a última, que ocorre por intermédio de mecanismos maléficos de socialização, deve ser abolida. A partir dessa comparação de habilidades e talentos, que leva ao desejo de estima pública, surge, de um lado, a vaidade e o desprezo e, do outro, a vergonha e a inveja.

Ao contrário de Rousseau, Marx e Engels não dão tanto enfoque a origem das desigualdades entre os indivíduos, pois para estes o que interessa primordialmente é a formação das elites econômicas e a história das lutas de classe, que segundo os autores se confunde até hoje com a história da sociedade (MARX e ENGELS, 1986). Para os autores, o estado político só existe sobre as premissas da desigualdade fundamentada na propriedade privada.

Segundo Marx(1988), para a produção de uma mercadoria, é necessário que ela tenha um atrativo para os outros (um valor de uso social), que seja transferido para o outro por meio da troca (um processo social) e é necessária a existência da divisão social do trabalho. O valor da mercadoria representa dispêndio de trabalho humano. O que faz de uma coisa uma mercadoria é, portanto este caráter duplo de objeto de uso que é concomitantemente portador de valor.

O proletariado, que produz esta mercadoria, ou seja, representa o dispêndio do trabalho humano, desenvolve-se paralelamente à burguesia. Esta burguesia se originou dos restos do feudalismo, desempenhando um papel historicamente revolucionário, mas ela não eliminou os conflitos de classe, apenas os substituiu por outras divisões de classe e formas de opressão. Esta nova divisão se baseia nos opressores, a burguesia, e os oprimidos, o proletariado. Assim, o capitalismo traz em si o germe da sua própria contradição, pois a igualdade formal, baseada nas leis é diferente da igualdade econômica, baseada na realidade, que se resume em desigualdade.

O proletariado forma-se pela união de diversos grupos que não se enquadram nas demandas necessárias da sociedade moderna capitalista para poderem se constituir como burgueses, quer pela insuficiência de capital, quer pela desvalorização de sua habilidade profissional, por conta dos novos métodos de produção. A revolução comunista, para Marx, seria feita pela imensa maioria em prol da imensa maioria.

Segundo Marx, o proletariado vai passando por diferentes fases de desenvolvimento de luta contra a burguesia, formando um grupo de luta cada vez maior com o tempo. Eles atacam não somente as relações burguesas de produção, mas os próprios meios de produção também. A burguesia arma o seu inimigo quando recorre aos proletariados em busca de ajuda contra as suas guerras incessantes. Com isto, ela impeliu o proletariado para área política. Na visão de Marx, a consciência da classe trabalhadora não é automaticamente revolucionária, nem socialista.

Proudhon (2000) define anarquia como uma situação natural, baseado na liberdade individual na qual não há mando nem obediência, porém existe ordem. Para Proudhon, a comunidade, ou seja, o sistema comunista, é uma “tirania mística e anônima”, é “a pessoa destituída de suas prerrogativas” (PROUDHON, 2000, p.21). O socialismo para ele já é um protesto e não um sistema, que tem como objetivo a igualdade efetiva das condições entre os seres humanos, ou seja, “a libertação do proletariado e a extinção da miséria” (PROUDHON, 2000, p.60). Na visão de Proudhon, para os socialistas é necessário que o individuo seja tudo: capitalista, trabalhador e sábio ou artista. Segundo Proudhon, foi a separação e distinção destes elementos a causa de metade da humanidade ter sido escrava da outra, sendo assim assassinada, pois vida e liberdade para Proudhon são a mesma coisa. Revolução para Proudhon se resume em justiça, que é a ausência de governo, mesmo popular, e ausência de autoridade, portanto resume-se na Anarquia. Logo, o autor discordaria da proposta de Marx e Engels de uma revolução do proletariado. Para Marx revolução se caracteriza como uma vitória de uma classe social sobre a outra, ou seja, da classe explorada sobre a classe exploradora.

A história da sociedade se confunde até hoje com a história da luta de classes [...] A sociedade burguesa, que emergiu dos restos do feudalismo, criou novas classes sociais e novos meios de opressão e a sua configuração da época seria resultado de diversas revoluções no sistema de produção e de troca. (MARX e ENGELS, 1986, p.19-21)

Para Proudhon, no sistema anarquista a lei só é efetiva, fazendo parte do contrato social, se ela for votada por todos, havendo um consenso geral. O pacto, portanto para Proudhon é a sociedade de indivíduos livres que pensam e concordam com a ideia de justiça e igualdade. Essa visão de lei do autor vai ao encontro da teoria Rousseauiana, que no modelo do novo contrato social também propusera que todos deveriam participar da confecção das leis e que estas deveriam ter unanimidade para serem aceitas, pois

neste novo modelo os indivíduos tornam-se membros de um corpo coletivo saindo da disputa e entrando em estado de cooperação tendo sempre como base a vontade geral. Aqui é importante notar que existe para Rousseau uma diferença entre vontade geral e vontade de todos. A primeira estuda apenas os interesses em comum, enquanto a segunda estuda interesses privados e não é nada mais que a soma de desejos individuais.

Um início de desobediência, segundo Proudhon, se dá quando a ordem do chefe é questionada, isto é, quando existe uma reflexão sobre as regras, sobre a autoridade.

1.5. Elites e Democracia

Tanto Robert Dahl como Wright Mills possuem uma visão da esfera sócio-política apoiada em uma ideia de pluralismo, pois falam de múltiplos centros de poder. No entanto, Dahl compreende o elitismo como algo a ser evitado, já Mills não demonstra essa preocupação, seu foco é no estudo das especificidades da “elite do poder”.

O pluralismo tenta legitimar a ideia de democracia, que é um ideal inatingível, por isso o modelo poliarquico de Dahl (1989) está ligado à essa concepção. Para Dahl o que existem são processos de democratização e o que efetiva esses processos é o que ele denomina de poliarquia.

Apesar de seus viés democrático, Dahl se apoia em duas dimensões da teoria de Joseph Schumpeter (1984) para elaborar a teoria do funcionamento da poliarquia. A primeira diz respeito a participação, que deve ser reduzida ao mínimo. Para Schumpeter o eleitorado deve apenas instalar o governo, no entanto para Dahl, apesar da participação dever ser limitada, o cidadão deve fiscalizar o governo. A segunda dimensão se refere à competição no processo de democratização, que para Dahl deve se localizar no consumo e no voto.

Schumpeter defende que os valores ocidentais são democráticos e igualitários e, por isso, vão precisar se apoiar em um discurso ilusório de bem comum, quando, na verdade, a motivação política é individual e se sustenta na competição pelo poder. Para Schumpeter as massas são irracionais e devem ser contidas e isso se faz por meio da propaganda, que dissemina a vontade geral manufaturada pelas elites:

Deparamo-nos, na análise dos processos políticos, com uma vontade que, em grande parte, não é genuína, mas manufaturada. E frequentemente esse artefato é tudo aquilo que na realidade em que isso assim for, a vontade do povo é o produto e não o motor do processo político (SCHUMPETER, 1984, p.329)

Anthony Downs (1999), ao contrário de Schumpeter, não acredita que os cidadãos são irracionais, pois ele diferencia o eleitor, que é composto por cidadãos medianos racionais, do cidadão. Schumpeter e Downs concebem a política como um espelho da economia. Segundo a teoria de Downs para conquistar votos os políticos implementam medidas de melhoria real, logo não é racional que um político no poder não se empenhe em promover ações que incentivarão a sua reeleição. Dessa forma, para Downs, a democracia é benéfica quanto mais as pessoas votarem nos políticos mais egoístas.

Os políticos no nosso modelo nunca buscam o poder como um meio de executar políticas específicas: seu único objetivo é colher as recompensas de ocupar um cargo público per se. Eles tratam as políticas puramente como meios de atingir seus fins privados, que eles conseguem alcançar somente se forem eleitos (DOWNS, 1999, p.50)

Mills vê a elite política como administradora de conflitos e que tem, como também defende Downs, uma ideologia que se sustenta na busca da manutenção do poder. Mills aponta que a elite no poder tem três naturezas: econômica, militar e política. O que o autor denomina de “elite do poder”, se estabelece pela coincidência, nem sempre fácil, dessas três naturezas, na qual uma delas predomina, dependendo do cenário. Segundo Mills, as origens das elites são diferentes, mas cria-se uma unidade a partir das afinidades psicológicas que se dão com o convívio social. Apesar dos altos ciclos das elites se relacionarem a partir de códigos compartilhados, isso não faz delas um grupo homogêneo: “A elite do poder, como a concebemos, também depende da identidade entre os que a formam, de suas relações pessoais e oficiais entre si, de suas afinidades sociais e psicológicas” (MILLS, 1981, p.329)

Bourdieu (1989), apesar de descrever os fenômenos de forma semelhante à Downs, baseando-se em uma ideia de que a política contemporânea obedece a critérios de mercado, discorda que isso seja algo positivo. Bourdieu observa que as elites são reais, mas não acredita que essa seja a única forma das pessoas se organizarem

politicamente. Bourdieu discorda de Dahl, que sustenta que as poliarquias fornecem informações a qualificação cidadã, pois para ele a democracia representativa impõem uma postura hegemônica de raciocínio privado na esfera pública.

A concentração do capital político nas mãos de um pequeno é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessárias à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural (BOURDIEU, 1989, p.164)

Ao contrário de Schumpeter, que defende que os eleitores não devem controlar os representantes durante o mandato, Bourdieu, defende a importância do tempo livre e do capital cultural para o exercício do questionamento a respeito da concentração de capital político na mão de um pequeno grupo.

2. Desigualdades no Brasil

2.1. Desigualdades e as Elites no Brasil

Sergio Buarque de Holanda aponta para uma contradição na história brasileira no que diz respeito as conquistas políticas e sociais. Segundo Buarque de Holanda (1982), a democracia no Brasil foi um lamentável mal-entendido, pois “nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política, vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência ou hostilidade” (BUARQUE de HOLANDA, 1982, p.119)

Dulce Pandolfi (1999) concorda neste ponto com Buarque de Holanda. Segundo a autora, os direitos sociais no Brasil foram os primeiros a serem implementados e não por conta de uma reivindicação popular, mas por uma imposição hierárquica, de cima para baixo, que foi efetuado no período Vargas e foi o que possibilitou com que Getúlio personificasse a imagem de “pai do povo” brasileiro. Segundo Raymundo Faoro Getúlio seria a matriz da qual se gerou o populismo no Brasil, pois ele foi “na hora do trânsito, o agente, da transformação de um sistema de poder tradicional, calcado no coronelismo e nas oligarquias, para o delírio manso da chefia carismática” (FAORO, 2008, p.787).

Para Pandolfi, a precariedade dos direitos civis, que, segundo a autora, são a espinha dorsal de uma democracia por serem a base da cidadania, “dificultaria a conquista e a preservação dos direitos políticos e sociais, acarretando, conseqüentemente, dificuldades para a consolidação de uma sociedade democrática” (PANDOLFI, 1999, p.48).

Para Raymundo Faoro, os verdadeiros donos do poder no Brasil seriam os estamentos estamentos, pois “os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais” (FAORO, 2008, 47). Essa concepção de Faoro vai ao encontro da de Weber, para quem os estamentos se colocam na ordem social, ou seja, dentro da esfera da distribuição de honras, se estratificando “de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais” (WEBER, 1982, p.226). No entanto, enquanto para Faoro o poder se mostra de fato nos estamentos para Weber, “classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade” (WEBER, 1982, p.212).

Segundo Dahl (1997), os elementos básicos da democracia são a contínua responsabilidade por parte do governo aos seus cidadãos considerados como politicamente iguais. Para que isto continue por um dado período, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de formular suas preferências, exprimir suas preferências por meio de ações individuais ou coletivas e ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Segundo Pandolfi (PANDOLFI, 1999, p.57) “o relacionamento que a população (brasileira) mantém com o sistema político limita-se a uma percepção dos produtos das decisões políticas co-administrativas e não a uma percepção do processo decisório em si”.

Assim, pela análise dos autores, pode-se concluir há no Brasil são ausentes esses elementos básicos constituidores da noção de democracia. Isso trás como consequência a marginalização de uma parcela da população no que concerne ao seu reconhecimento como cidadão. Esta tem-se mostrado ao longo da história nacional como atores silenciosos e, diversas vezes, silenciados.

Tendo como base a teoria de Arendt (2010), na qual o discurso é condição necessária da ação, pois sem este não há ator, seria possível afirmar, pelo o que foi exposto, que o Brasil ainda estaria formando uma parcela considerável de sua população de “não-atores”. Ou seja, a condição humana da pluralidade, que é a peça chave do discurso e da ação e possui o duplo aspecto de igualdade e diferença, estaria sendo negada a uma grande parcela dos indivíduos no Brasil. A alteridade é um elemento primordial desta pluralidade e esta é a “paradoxal pluralidade de seres singulares”. Pela distinção singular, que aparece por intermédio do discurso e da ação, os indivíduos são capazes de distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes, manifestando-se uns aos outros como seres e não meros objetos físicos. Portanto, a vida sem discurso e sem ação deixa de ser uma vida humana, pois não se acha mais sendo exercida entre os indivíduos, pois é por meio de palavras e atos que ocorre a inserção no mundo humano, como um segundo nascimento.

Estudos sobre a percepção das elites quanto às desigualdades sociais no Brasil mostram que, mesmo esta parcela da população, que em geral possui maior espaço dentro dos âmbitos de tomadas de decisão, incluindo a elite política, não toma para si a responsabilidade pelas desigualdades sociais no Brasil culpabilizando em grande parte o governo.

O estudo de Reis (2000) analisa por meio de um *survey* com base em uma amostra aleatória de 320 casos a cultura política de quatro amplos setores da elite

brasileira: políticos, burocratas, líderes empresariais e líderes sindicais. A questão da pobreza e desigualdade apresentou ser fonte de grande inquietação para a elite brasileira, com base tanto no *survey* como nas entrevistas em profundidade. No entanto, a solução para o problema se volta fortemente para a educação como mecanismo de promoção de igualdade de oportunidade e não em políticas de redistribuição de renda. O estudo mostra que as elites veem o Estado como o grande culpado pelo fracasso de políticas sociais: “Mesmo a elite política, no caso os parlamentares no Congresso, e a elite burocrática, aquela que ocupa as posições superiores da burocracia pública, não se veem como Estado.” (REIS, 2000, p.148)

O estudo de Celi Scalón (2007), tendo como base o *survey* sobre atitudes e opinião em relação às desigualdades no Brasil, buscou também traçar a visão e opinião da elite brasileira sobre desigualdade e justiça social no entanto, em oposição à visão dos demais estratos da população. A autora chama de “elite” os 10% mais ricos dos entrevistados, com base na renda domiciliar per-capita. Assim como no estudo de Reis, quando questionados sobre a responsabilidade pelo combate a desigualdade tanto elite como povo apontaram, quase exclusivamente, o governo como responsável. Apenas 6% da elite e 4% do povo chamaram para si a responsabilidade, ficando claro que “a cultura política em nosso país envolve o amplo reconhecimento do Estado como o principal ator no combate às desigualdades” (SCALÓN, 2007, p.140). No entanto, diferentemente do estudo de Reis, na pesquisa de Scalón, a elite mostrou acreditar menos que o povo nas chances de sucesso via esforço e educação, criando um cenário desfavorável à mobilidade social.

Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003), estudaram as relações das “elites acadêmicas” com a escolarização de seus filhos que cursam o ensino fundamental. As pesquisadoras tiveram como base um *survey* realizado com 110 professores de uma tradicional universidade privada do Brasil. O estudo observa que mais de 64% dos pais e 61% das mães da elite acadêmica entrevistada concluíram o nível superior, logo “além de serem “herdeiros”, no sentido de estratos privilegiados culturalmente, esses pais-professores foram socializados em um ambiente otimizado pelos recursos materiais e sociais que a posição de seus pais na hierarquia ocupacional teria facilitado, na maioria dos casos” (BRANDÃO e LELLIS, 2003, p.518). Segundo as autoras, desde o Relatório Coleman, a relação entre sucesso escolar e a origem familiar de níveis socioeconômicos mais elevados tem sido admitida e essa constatação poderia possivelmente explicar o porque de a pesquisa mostrar que as elites acadêmicas parecem não esperar muito das

escolas de seus filhos, não matriculando-os nas escolas consideradas “melhores”, de acordo com o *ranking* do vestibular. Os investimentos dos pais parecem se voltar mais intensamente a atividades extracurriculares e a viagens ao exterior com toda a família.

Esse pensamento da elite acadêmica, que não pensa a escola formal como o elemento mais importante para o processo educacional de seus filhos, mas reconhece a importância da família e sua origem nesse processo, poderia também explicar os resultados da pesquisa de Scalon quanto à descrença da elite quanto sobre a educação como peça chave de promoção de igualdade de oportunidades.

É importante ressaltar que uma pessoa não é pobre (ou de elite), mas sim que ela está na pobreza (ou na elite econômica). No entanto, como aponta Wright Mills (1981), apesar das origens das elites serem diversas, cria-se uma unidade a partir das afinidades psicológicas que se dão com o convívio social. O espaço vai ficando cada vez mais restrito para os indivíduos que não compartilham dos mesmo códigos de comportamento. Isso tende a gerar uma criação intergeracional de elites e essas se fariam tanto mais forte no cenário político e do poder, como aponta Bourdieu (1989), quanto menos tempo livre e capital cultural a maior parte das pessoas possuem para o exercício do questionamento, mais tende a concentração do capital político tende a permanecer nas mãos de um pequeno grupo.

2.2. Teorias da Educação: do pessimismo ao otimismo

O tema da educação se mostra recorrente nos discursos dos mais diversos atores sociais, seja como elemento chave de produção de oportunidades econômicas e sociais, ou, no outro extremo, como reprodutora de um sistema desigual, que confere a oportunidade “certa” para o tipo de indivíduo “correto”. Essa última concepção se esconde por trás de um discurso falso, excluindo raras exceções, de uma desigualdade natural de habilidades entre os indivíduos. Fala-se de falso discurso, pois ao tomar como base um retrato atemporal de um indivíduo de “sucesso”, exclui-se todos os elementos do ambiente familiar e social, que envolvem os saberes pré-escolares e extraescolares, dessa forma, o retrato dessa realidade individual torna-se uma falácia. A educação exerce, e/ou re(cria), seja de forma direta ou indireta, as amarras sociais e, de forma paradoxal, também se dá por vezes como o elemento de quebra desses aprisionamentos.

Apesar disso, a educação é compreendida, não só no Brasil, mas na maioria dos países, como o fator primordial de luta e combate as desigualdades sociais, por meio da promoção de oportunidades aos cidadãos.

De acordo com a autora Alison Wolf (2002) a educação é vista como uma variável de grande importância, pois é vista como motor do crescimento econômico, uma rota certa de prosperidade futura e vitória na competição global. No entanto, segundo Wolf, a crença na educação como sinônimo de crescimento vai além da visão das classes políticas, esta substituiu o socialismo como a grande fé secular da atualidade.

Ferreira (2000) observa a existência de uma relação causal negativa entre desigualdade e crescimento econômico. O principal argumento teórico desta análise se baseia no raciocínio de que, sendo os mercados imperfeitos, a pobreza gera um grupo de agentes econômicos sem acesso ao crédito e que não geram, portanto projetos com valor privado e social positivo. O segundo argumento desfaz a ideia de um “ditador benevolente”, como um grande Leviatã que seria totalmente racional, absoluto e com poderes indivisíveis.

Na sua análise, Ferreira demonstra como uma maior desigualdade educacional gera uma maior desigualdade de renda, pois, como analisado por Barros *et al.* (2009), um dos fatores de importante contribuição na queda de desigualdade de renda no Brasil está associada às melhorias de capital humano da força de trabalho e especialmente às reduções nas diferenças de remuneração por nível educacional. No entanto, a observação destes dois fatores, desigualdade de educação e de renda se reforçando mutuamente já é constatado pela literatura há alguns anos e se denomina comumente de teoria da reprodução. No entanto, Ferreira adiciona ao círculo da teoria da reprodução um fator de extrema importância e que não é levado em consideração por esta, a questão da desigualdade do poder político entre os atores sociais. Esta desigualdade é produtora e produto concomitante das outras duas desigualdades analisadas, portanto quanto maior o nível educacional, maior é a probabilidade de sua renda ser maior e conseqüentemente aumenta também a probabilidade de um maior poder político.

Barros, *et al.* (2001) já haviam analisado estes fatores, mas sem dar a devida atenção à variável do poder político. Segundo os autores, quanto mais pobre a família maior o subinvestimento em capital humano. No entanto, como o grau de pobreza do indivíduo é fortemente determinado por seu nível educacional, isso leva à transmissão intergeracional da pobreza.

Segundo Bourdieu (1997), a transmissão doméstica de capital cultural é a mais bem camuflada e socialmente o mais determinante investimento educacional. Por isso análises de habilidade e talento são inseparáveis da observação do investimento em tempo e capital cultural. O rendimento escolar, fruto da ação educacional, depende do capital cultural previamente investido pela família e o sistema educacional, ao sancionar a transmissão hereditária de capital cultural, contribui para a reprodução da estrutura social.

Elaine Vilela e Ana Collares (2009) fazem um contraponto à teoria da reprodução, na qual comumente se encaixa essa visão de transmissão de capital e habitus analisada por Bourdieu, à teoria da modernização, pertencente ao paradigma funcionalista que predominou até os anos 1970. Segundo as autoras, “As teorias da modernização social assumem que a realização pessoal (*achievement*) iria paulatinamente superar o status adscrito (*ascription*) causando mobilidade inter e intrageracional” (VILELA; COLLARES, 2009, p.75). Por outro lado, as teorias de reprodução social, na qual encontram-se as teorias do conflito, teorias credencialistas de Randall e Coleman, teorias de capital social e a teoria credencialista de Collins, possuem em comum a ideia de que “a meritocracia não passa de um mito e a universalização do ensino formal não é condição suficiente para a constituição de uma sociedade mais democrática e igualitária” (VILELA e COLLARES, 2009, 64)

Nelson Silva e Carlos Hasenbalg (2000) apontam três dimensões principais na situação social das famílias no que se refere aos recursos disponíveis para seus membros em relação à educação. O primeiro são os recursos ou capital econômico, que se referem à renda familiar. A segunda dimensão é dos recursos educacionais ou capital cultural que aponta para o “clima educacional” da família, ou seja, a distribuição da educação entre os membros da família. A última dimensão é a da estrutura familiar relacionada a ideia de capital social familiar, que existe na relação entre as pessoas e determina a forma como as duas outras dimensões interagem influenciando o desempenho escolar das crianças.

Os estudos de Sergei Soares e Natália Sátyro (2008); e Maria Rocha e Graziela Perosa (2008) mostram como os insumos escolares afetam o desempenho escolar e como questões abrangendo salário e estabilidade empregatícia não podem ser desvinculados de modos de recrutamento e às condições de exercício da profissão. A escola deve ser um espaço agradável tanto para os alunos quanto para os profissionais que ali trabalham. Cibeli César e José Soares (2001) também analisam a importância

dos fatores escolares, que apesar de terem um peso menor na variação das proficiências que os fatores familiares, ainda tem um peso significativo no impacto da trajetória escolar do aluno. Neste intuito os autores trazem para a discussão uma variável importante e que não foi mencionado acima, o efeito de pares.

Segundo Schwartzman (2005), os problemas principais do ensino brasileiro estão na questão da qualidade e da repetência. Estes tem como suas principais consequências uma forte desigualdade entre o acesso ao ensino de boa qualidade e um grande numero de aluno que abandonam a escola sem obterem seus certificados.

Como aponta Mincer (1958), as diferenças de renda entre pessoas com níveis de renda diferentes em x é maior quanto mais a taxa de renda futura é descontada, isto é, quanto maior o sacrifício envolvido no ato de adiamento da renda ganha. Em outras palavras, isto se refere ao custo de oportunidade de se adiar um ganho salarial e investir em educação para se obter maiores ganhos do trabalho no futuro ou começar a trabalhar logo por necessidade ou por escolha. Ou seja, é uma decisão que envolve um *trade-off* intertemporal. Os atores estariam agindo racionalmente, de acordo com a *teoria da escolha racional*, pois os indivíduos estariam fazendo um cálculo da diferença entre os valores que determinada ação produz, no caso estudar, e os valores que ela sacrifica, por exemplo trabalhar um turno extra, sendo o saldo positivo e maior que qualquer outra proposta, então a ação se concretizaria.

As questões que afetam a juventude, como a dificuldade de garantir a inserção produtiva e cidadã, são vividas de formas diferentes pelos jovens, variando, como demonstra Andrade (2009), de acordo com a origem social, os níveis de renda, o sexo, a raça, as disparidades socioeconômicas entre campo e cidade e entre as regiões do país. Para muitos jovens brasileiros é o trabalho que possibilita arcar com os custos ligados à educação. Porém, muitos jovens possuem renda familiar que possibilitaria uma dedicação exclusiva aos estudos, mas acabam optando por trabalhar. As relações entre estudo e trabalho são variadas e complexas, não se limitando a questões de necessidade. Em 2007, 59,9% dos jovens brasileiros trabalhavam e 30,4% dos jovens poderiam ser considerados, de acordo com dados do PNAD de 2007, pobres, pois viviam em famílias com rendas domiciliares *per capita* de até meio salário mínimo.

Como demonstra Wolf (2002), a educação formal e uma quantidade cada vez maior de anos de estudo se mostram hoje não como uma opção, mas como uma necessidade crescente no que se refere ao mundo do trabalho, pois o nível educacional possui, cada vez mais, uma relação proporcional ao aumento de renda de um indivíduo.

A importância da credencial em relação à educação tem um peso grande. A questão não é mais de se ter ou não educação, mas qual educação. Como observa Wolf (2002) possuir a qualificação “correta” nas disciplinas “corretas” pelas instituições também tidas com as certas ganha cada vez mais importância. As melhores oportunidades de trabalho, em relação ao pagamento, tornam-se cada vez mais escassas, de forma geral, àqueles que rejeitaram ou não tiveram acesso à educação formal.

Considerando especialmente as análises de Ferreira (2000), Barros e Mendonça (2001), percebemos que, na teoria da reprodução, incluindo na análise a variável do poder político, o ciclo vicioso se dá da seguinte forma: desigualdades na renda geram desigualdades educacionais que resultam em desigualdades de poder político que reforçam mais uma vez as diferenças de renda e assim por diante.

Dessa forma, levando em consideração a transmissão intergeracional da pobreza e que a educação dos pais é a variável de maior peso na determinação do desempenho educacional seguida pela variável da renda domiciliar *per capita*, podemos concluir que a educação de crianças e jovens, a curto prazo e por si só, são medidas insuficientes para reduzir a desigualdade de renda nas próximas duas décadas.

Para se reduzir as desigualdades educacionais e conseqüentemente de renda e poder político, faz-se necessário a implementação de estratégias educacionais que visem primordialmente a importância da qualidade e equidade educacional no Brasil, em todas as suas esferas e não somente políticas que visem o acesso. Os avanços das últimas décadas alcançados pelo Brasil em relação ao acesso foram muito importantes, como a ampliação do acesso a todos os níveis de educação e a universalização do ensino fundamental. No entanto, o Brasil ainda encontra-se longe da universalização do ensino no que se refere à educação infantil e do ensino médio. Portanto, a educação é um elemento chave para quebrar a teoria da reprodução, porém não há curto prazo.

A educação infantil tem uma relevância considerável no desempenho educacional futuro dos indivíduos. Como aponta Franco, Alves e Bonamino (2007), a relação entre a maior oferta de educação infantil parece estar associada a um maior desempenho dos alunos das redes de ensino públicas das capitais brasileiras.

A universalização do ensino médio pode ser mais complicada, pois envolve fatores não só de quantidade, mas de qualidade de políticas de cunho pedagógico. Como aponta Acácia Kuenzer (2010), a prática de reprovação, que é um sistema de punição e desencorajamento, acarreta um alto índice de distorção idade-série.

3. Metodologia

3.1. Apresentação do Modelo

Essa pesquisa tem como elemento chave a compreensão dos determinantes das desigualdades de renda no Brasil, tendo como foco principal o comportamento dos salários dos ricos. O termo rico nesse trabalho deve ser compreendido como um termo relativo, pois sempre se refere a pessoas que estavam em um estrato mais elevado do que outras. Esses estratos foram estabelecidos de acordo com o rendimento bruto do trabalho principal declarado por indivíduos de 25 anos de idade ou mais no mês de julho de 2010. Optou-se por avaliar somente os salários de pessoas com 25 anos ou mais, pois tem-se que nesta idade o ciclo educacional completo (graduação completa), já teria sido concluído pela maior parte dos indivíduos.

Os ricos não são necessariamente elites e vice-versa, apesar de diversas vezes ambos estes quesitos serem encontrados em um único indivíduo. No entanto, existem diversos tipos de elites (acadêmicas, militares, econômicas, burocráticas, políticas, etc.), ser elite envolve relações de poder, autoridade e hierarquia, por outro lado, ser rico, da forma como se esta tratando aqui, se refere a uma riqueza comparativa em relação ao restante da população brasileira, em termos de renda salarial mensal de acordo com os dados do Censo de 2010. Cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho é analisar os diferenciais dos determinantes de rendimentos e não de riqueza. Uma pessoa pode ter uma grande riqueza, em termos das mais diversas posses, sem possuir necessariamente um rendimento mensal que o classificaria como rico, de acordo com a classificação aqui utilizada. Dessa forma, a utilização do Censo é a melhor ferramenta que temos para avaliar os *outliers*, no entanto não são contemplados e não é o objetivo deste trabalho avaliar os determinantes dos “super-ricos”.

Optou-se em utilizar dois modelos logísticos gerais, que se diferenciam em termos da variável que se refere ao nível de instrução do indivíduo. Estes dois modelos foram efetuados considerando 6 variáveis dependentes diferentes, que se referem a probabilidade do indivíduo não estar ou estar num determinado estrato de renda, Para isso criou-se uma variável dummy na qual 1 é a chance do indivíduo ser rico e 0 a chance de não o ser. É importante apontar que o fato de um determinado indivíduo ter uma probabilidade maior de estar em um determinado estrato de renda que outro não

significa que ele será necessariamente mais rico, em termos absolutos, pois a renda pode variar muito dentro de um determinado estrato.

Primeiro rodou-se os modelos considerando duas variáveis de renda diferentes que contemplassem a população inteira em análise. Dessa forma, considerou-se a probabilidade da pessoa estar entre o 1% dos trabalhadores com maiores rendimentos mensais no mês de julho de 2010 em oposição a ela não estar neste percentil. Chamou-se essa variável de renda⁹⁹. Em seguida foi feita a análise tendo como ricos os 5% dos indivíduos com maior rendimento bruto no mês de julho de 2010 de acordo com o Censo 2010, essa variável recebeu o nome de renda⁹⁵.

Esse estrato mais elevado, seja do 1% ou dos 5% com os maiores salários é extremamente heterógeno. Nele encontramos indivíduos ricos e as mais diversas elites. Para esboçar o nível de heterogeneidade deste grupo, cabe ressaltar que as pessoas que se encontram acima do percentil 99 ou seja, o 1% “mais rico” de pessoas com 25 anos ou mais, segundo os dados do Censo 2010, possui uma variação salarial bruta mensal de R\$10200 à R\$952513 distribuídos entre 653518,46 pessoas.

As demais variáveis dependentes utilizadas nos dois modelos não levam em consideração a população inteira em análise, pois o objetivo é analisar a probabilidade de se sair de um estrato em comparação a outro. Por isso, estabeleceu-se quatro grupos de renda que dialogam entre-se. O primeiro contempla a probabilidade de se estar entre o percentil 50 – 90 de rendimentos do trabalho, ou seja, de se encontrar entre as pessoas que declaram ganhar entre R\$800,00 ou R\$ 2999,00 mensais no mês de julho de 2010 em contrapartida a se estar entre o percentil 0 – 50 (R\$1,00 - R\$ 799,00). O segundo grupo analisa a chance de se sair do percentil 50 - 90 para o 90-99 (R\$3000,00 - R\$ 10.199,00). O terceiro grupo analisa a chance de, já estando nesse último centésimo de renda (90 – 99), pular-se para o estrato 99,0 ao 99,9 (R\$10.200,00 - R\$ 28.699,00). Por fim, o quarto grupo analisa a chance de se sair do estrato 99,0 – 99,9 para o 99,9 – 100 (R\$ 28.700,00- R\$ 952.513,00).

As variáveis dependentes utilizadas foram: sexo, cor da pele, região geográfica, idade e educação, que são, de maneira geral, as variáveis mais comuns utilizadas em equações mincerianas tradicionais. Como apontou Medeiros, “as evidências mostram que escolaridade, experiência, sexo, raça e região de residência preveem de forma adequada as diferenças entre os trabalhadores adultos, mas não são capazes de explicar

por que alguns trabalhadores recebem rendimentos que chegam a ser mais de sete vezes maiores que os previstos” (MEDEIROS, 2005, p.262).

Segundo Ferreira (2000), as causas da distribuição desigual de renda no Brasil devem pertencer, em termos genéricos, ao menos a cinco grupos diferentes de fatores. O primeiro grupo se refere a diferenças de características natas existentes entre os indivíduos (i.e. cor da pele, sexo). O segundo denota também a diferença entre indivíduos, mas no que concerne a características individuais adquiridas (i.e. nível de instrução, experiência). O terceiro grupo abrange os mecanismos pelos quais o mercado de trabalho atua sobre as diferenças existentes nos dois primeiros grupos, transformando-as em diferenças no rendimento de trabalho. Este grupo se divide em três esferas distintas: discriminação, segmentação e projeção. O quarto grupo de fatores se refere aos mercados de capital, pois as suas imperfeições afetam a geração de renda e conseqüentemente sua distribuição. Por fim, o quinto grupo de fatores abrange as questões demográficas, como decisões de formação de domicílio, fertilidade, coabitação ou separação domiciliar. Logo, essa pesquisa dará enfoque ao que Ferreira denominou de primeiro e segundo grupos de fatores responsáveis pela desigualdade na distribuição de renda.

O primeiro modelo geral, que se denominou *Modelo 1*, tem como variável educacional um dummy, que é zero para pessoas de 25 anos ou mais que declararam ter: nenhuma educação formal; ensino fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; e superior incompleto. A variável assume valor 1 para quem declarou ter graduação, mestrado ou doutorado completos.

O segundo modelo, que denominado *Modelo 2*, tem como variável educacional 17 *dummies* que assumem valor 1, de acordo com o curso de graduação que o entrevistado declarou ter concluído. A base dessas variáveis é mesma do *Modelo 1*, com a diferença que quem declarou ter mestrado ou doutorado completo também recebe valor zero. Isso se dá, pois a pergunta utilizada do Censo se refere à “espécie de curso mais elevado concluído”, logo quem diz ter mestrado ou doutorado recebe *missing* em graduação. Esse também é um dos motivos por não fazer *dummies* separadas para mestrado e doutorado no modelo, pois não teria como ser feita a associação entre curso de graduação e formação no mestrado ou doutorado efetuada pelos indivíduos. Havendo no Brasil poucos mestres e doutores acreditou-se que não traria grande impacto para a

análise o fato de eles constituírem parte da base, pois apenas 0,49% da população brasileira com idade maior ou igual a 25 anos possui mestrado e 0,19% possui doutorado, no entanto 10,58% possuem graduação completa, um número bem mais expressivo.

As 17 variáveis *dummies* foram criadas de acordo com as divisões estabelecidas pelo IBGE no Censo 2010. Optou-se por fazer dessa forma por se observar que a graduação é o nível educacional, em comparação com os outros, que, de forma geral, mais impacta nos salários no Brasil. Portanto, pretendeu-se investigar como se comportam os diferenciais de ganhos salariais de acordo com a área de formação. No entanto, como não se estabeleceu uma relação entre curso de formação e área de atuação no trabalho principal, fica difícil estabelecer que os cursos que aumentam a sua probabilidade de estar no rendimento mais elevado o fazem por conta do curso em si ou outros determinantes que podem não ter relação direta com o curso de formação.

O sexo é dividido pelo IBGE em feminino e masculino. Criou-se uma *dummy* para sua interpretação nos modelos, tendo como base o sexo feminino. A cor da pele foi dividida pelo IBGE em branca, amarela, preta, parda e indígena. Optou-se por criar uma *dummy* para essa variável que assumisse valor 1 para as cores branca e amarela, pois a base utilizada foi preta, parda e indígena. Optou-se por não criar *dummies* para todas as cores da pele, pois, como aponta Leticia Marteleto (2012), em 2007 adolescentes negros e pardos compartilhavam um nível similar de educação, ao contrario da diferença que era possível observar antes. Isso possivelmente apoia a tese do uso de uma teoria dicotômica de cor (Branco e Não-Branco), que fundamenta políticas de ação afirmativa universitárias no Brasil. Além disso, a autora observa que estaria ocorrendo no Brasil, nos últimos anos, um fenômeno de “escurecimento com a educação”, pelo qual um número maior de indivíduos, de acordo com níveis mais elevados de educação formal, estariam classificando a si mesmos e seus filhos como negros.

As regiões geográficas foram divididas segundo as cinco grandes regiões brasileiras: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Criou-se *dummies* para cada uma das regiões, tendo como base a região Nordeste.

A variável de idade foi restringida para contemplar apenas indivíduos com 25 anos ou mais de idade. Em equações mincerianas tradicionais é esperado que a idade apresente uma relação não linear com salários. Implementa-se este fator ao se adicionar o quadrado da idade ao modelo. Optou-se por manter apenas a idade no modelo e

excluir a idade ao quadrado, pois este fator possui uma interpretação diferente em uma regressão logística quando comparada a uma regressão log-nível e a sua inclusão não mostrou ganhos expressivos no ajuste da equação.

4. Resultados

Os modelos que contemplam a população inteira em análise, ou seja, pessoas que declararam ter tido rendimento bruto do trabalho principal maior que zero no mês de julho de 2010 e que nessa data possuíam idade maior ou igual a 25 anos, apresentam algumas diferenças entre si.

Primeiramente, no *Modelo 1*, que não foi desmembrando por curso de graduação a equação que tem como variável dependente 1 para a probabilidade de se estar entre o percentil 95 – 100 de renda do trabalho principal e 0 para o percentil 0 – 95, que chamaremos de *renda95*, apresentou razões de chance (*odds-ratios*) menores, com exceção de três variáveis referentes às regiões do país, que o modelo que tem como variável dependente 1 para a probabilidade de se estar entre o percentil 99 – 100 e 0 para 0 – 99, que chamaremos de *renda99*. No modelo *renda95*, o fato de se ser homem, considerando-se todas as outras variáveis constantes, aumenta em 2,94 a probabilidade de se estar entre o percentil 95 - 100, no que se refere ao rendimento do trabalho principal, em comparação com as mulheres. No modelo *renda99* essa probabilidade sobe para 3,38. 76,9 das pessoas que ganharam entre R\$10200,00- R\$ 952513,00, ou seja, que pertenciam ao 1% das pessoas com maiores rendimentos do trabalho principal, eram homens. Das pessoas que ganharam entre R\$5000,00 e R\$ 952513,00, encontrando-se no ou acima do percentil 95, 71,14% eram homens.

As razões de chance (*odds ratio*) das 4 regiões brasileiras, que possuem como base o nordeste, diminuíram, com exceção da região centro-oeste, do modelo *renda95* para o *renda99*. Todas as regiões, menos a região sul, em ambos os modelos de renda, apresentaram uma probabilidade maior de se estar no ou acima do percentil 95 ou 99 de renda em comparação com a região nordeste. A região centro-oeste foi a que apresentou, tanto para *renda95* quanto para *renda99*, maior probabilidade de se pertencer a um ou outros destes segmentos de renda do trabalho. 1,6% da população do centro-oeste estava entre os 1% de pessoas com os maiores rendimentos do trabalho em julho de 2010, sendo a região com o maior número de pessoas nesse segmento de renda. 20,05% da população da região centro-oeste possui graduação, mestrado ou doutorado completos, perdendo apenas para a região sudeste que com 22,24%.

Quanto à cor da pele, em ambos os modelos a probabilidade de se estar nos percentis de renda em análise é maior se a pessoa for branca ou amarela em comparação

à cor preta, parda ou indígena. Do modelo renda95 para o renda99 essa probabilidade tem um pequeno acréscimo de 0,1786. Das pessoas com idade maior ou igual a 25 anos no mês de julho de 2010 e que pertenciam ao 1% das pessoas com maiores rendimentos do trabalho principal no mês de julho de 2010, 85,04% eram brancas ou amarelas. Acima do ou no percentil 95 de rendimentos a percentagem diminui ligeiramente para 81,57% de pessoas brancas ou amarelas. Como um elevado nível educacional mostrou aumentar consideravelmente a chance de se estar nos 5% ou 1% de pessoas com maiores rendas do trabalho no Brasil, em comparação com o restante da população em análise, é importante ressaltar que 75,29% das pessoas com idade maior ou igual a 25 anos e graduação, mestrado ou doutorado completos no Brasil no mês de julho de 2010, eram brancas ou amarelas.

A variável educacional no *Modelo 1* é uma *dummy* assumindo valor 1 se a pessoa tiver declarado como nível de instrução mais alto concluído graduação, mestrado ou doutorado e assume valor 0 caso não tenha graduação, mestrado ou doutorado. Observa-se que há no modelo renda99 um aumento na probabilidade de se estar no 1% de renda do trabalho caso se tenha concluído a graduação, mestrado ou doutorado em comparação ao modelo renda95. A razão de chances (*odds ratio*) da variável educacional no modelo renda95 é 16,237 em comparação a 17,723 no modelo renda99. Das pessoas que declaram ter rendimento acima ou igual ao percentil 95 e tinham 25 anos ou mais em julho de 2010, 68,13% possuíam graduação, mestrado ou doutorado completos, o que corresponde à 18,17% do total de pessoas com graduação, mestrado ou doutorado no Brasil em julho de 2010. Das pessoas que estavam no ou acima do percentil 99 em julho de 2010 75,68% declaram ter graduação(62,40%), mestrado(8,39%) ou doutorado(4,879%) completos, o que representa 3,97% do total de pessoas com graduação, mestrado ou doutorado no Brasil em julho de 2010.

TABELA 1

Dados referentes ao rendimento bruto do trabalho principal em reais no mês de Julho de 2010 para pessoas com idade maior ou igual a 25 anos.

Renda95	Renda99
Base(0): Percentil 0 (R\$1,00) - 95 (R\$5000,00)	Base(0): Percentil 0 - 99 (R\$10200,00)
Percentil 95 ao 100 (1) = 1	Percentil 99 - 100 (R\$952513) =

Média	Percentil 0 - 95 = R\$ 936,26 Percentil 95 - 100 = R\$ 9165,77	Percentil 0 - 99 = R\$ 1104,70 Percentil 99 - 100 = R\$ 20473,80
Mediana	Percentil 0 - 95 = R\$ 700,00 Percentil 95 - 100 = R\$6800,00	Percentil 0 - 99 = R\$700,00 Percentil 99 - 100 = R\$15000,00
Número de Observações	6653978	6653978
Wald chi2	337391,51	86561,57
Prob > chi2	0.0000	0.0000
Constante	0,0007618	0,0000723
Log pseudolikelihood	-9664616,80000	-2779050,2
Pseudo R2	0,2641	0,2405
Razão de chances		
Sexo:		
Mulher (0) Homem (1)	2,94712	3,387462
REGIÕES		
Base: Nordeste		
Norte	1,30085	1,283946
Centro-Oeste	1,965964	1,986959
Sudeste	1,247727	1,114266
Sul	0,9259976	0,7887402
Cor da Pele		
Base: Preta, Parda ou Indígena (0), Branca ou Amarela (1)		
Idade	1,040218	1,047674
Graduação		
Mestrado ou Doutorado completos.		
Base: Pessoas sem Graduação, mestrado ou doutorado	16,23775	17,72321

Fonte: IBGE, Censo 2010

O *Modelo 2*, apresentado na Tabela 2, mostra apenas uma diferença do *Modelo 1* da Tabela 1: a variável educacional foi desmembrada em 17 *dummies* que dizem respeito aos cursos de graduação concluídos por pessoas com 25 anos ou mais de idade. A base destas *dummies* é não ter como último nível de instrução concluído a graduação, logo engloba todos os níveis educacionais, incluindo nenhuma educação formal e mestrado ou doutorado completo.

Observa-se que o *Modelo 2*, tanto para renda95 quanto para renda99, apresenta um Pseudo R2¹ menor quando comparado com as mesmas rendas no *Modelo 1*. No modelo 1 para renda95 o Pseudo R2 é de 26,41%, caindo para 23,69% no modelo 2, uma diferença total de 2,72%. A diferença do Pseudo R2 é similar para renda99, na qual no modelo 1 esse é 24,05% no modelo 2 é 21,21%, uma diferença de 2,84%. Isso quer dizer, de forma geral, que o ajuste da equação é melhor no modelo 1 que no modelo 2, ou seja, que o modelo 1 explicaria melhor a variação da probabilidade de se encontrar em um determinado intervalo de renda. No entanto, tendo em consideração que a diferença entre os Pseudo R2 não é largamente significativa e como o objetivo dessa pesquisa é avaliar em que medida certas características, em especial uma determinada formação faria diferença na sua probabilidade de pertencer a uma determinado segmento de renda do trabalho, o modelo 2 se mostra mais interessante que o modelo 1.

As variáveis, sexo, região, cor da pele e idade, apesar de possuíram valores diferentes dos encontrados no modelo1, se comportam da mesma maneira. Por exemplo, a probabilidade de se estar tanto no, ou acima, do percentil 95 ou 99 é maior caso se é homem do que mulher e essa chance aumenta na renda99 em comparação à renda95.

Os cursos de graduação apresentam uma forte divisão de gênero, isto é, poucos são os cursos que são cursados quase na mesma proporção por homens e mulheres. Logo, Apesar de 58,42% das pessoas com graduação completa no Brasil e idade maior ou igual a 25 anos no mês julho 2010 serem mulheres, observa-se que em geral essas tendem a fazer cursos que apresentam uma menor probabilidade de se estar nos mais elevados rendimento. Os cursos da área de Administração e Comércio são os que se mostram mais perto de uma divisão igualitária em termos de gênero, com 51,32% de

¹ O calculo utilizada para se obter os Pseudo-R2 foi o de McFadden

homens e, logo 48,67% de mulheres, seguido por Direito, com 53,62% de homens, medicina, com 56,29% homens e Produção e Processamento com 57,83% homens. Tanto para as equações com renda95, como renda99, os cinco cursos que apresentam, mas em ordens diferentes, as maiores razões de chance, ou seja, a maior probabilidade de se estar seja no percentil 95 ou no 99 de rendimentos do trabalho, são Medicina, Oficial Militar, Direito e os cursos ligados a Engenharia, Arquitetura ou Construção. Com exceção de Direito e Medicina, que apesar de possuírem um número maior de homens a diferença não é tão dramática como já foi mostrado, os cursos de Oficial Militar, Engenharia, Arquitetura ou Construção e Economia apresentam uma forte diferença de gênero, com 95,64%, 78,18% e 63,4% de graduados do sexo masculino, respectivamente.

Os 4 cursos de graduação que apresentaram em ambos os *Modelos* para *renda95* e *renda99* as menores razões de chance, isto é, a menor probabilidade de levar alguém a ser rico, são cursados majoritariamente por mulheres, com exceção dos cursos relacionados as ciências da vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística, que apresentam 60,26% dos seus graduados do sexo masculino e também apresentam uma das menores razões de chance. Os outros três cursos: Humanidade, Letras e Artes; Serviço Social; e Formação de Professores e Ciências da Educação, possuíam, respectivamente 74%, 94,03% e 82,72 do total de seus graduados do sexo feminino.

As razões de chance dos cursos de graduação da *renda95* para *renda99* diminuíram e a ordem em comparação aos outros cursos também mudou. Por exemplo, os cursos ligados a formação de oficiais militares, sai do primeiro lugar em termos de razões de chance (*odds ratio*) na *renda95* para o segundo lugar, invertendo sua posição com medicina. Isso quer dizer que entre a probabilidade de se estar no ou acima do percentil 95 é maior para graduados do setor militar e de defesa do que para graduados em Medicina, no entanto a probabilidade de se estar no ou acima do percentil 99 é maior caso se é médico. Dos oficiais militares 70,47% estão no ou acima do percentil 95 de rendimento bruto mensal do trabalho principal em comparação à 63,77% do total de médicos, no entanto 18,53% das pessoas formadas em medicina estão no ou acima do percentil 99 em comparação á 13,23% dos oficiais militares.

Essa porcentagem é significativamente menor quando se observa a porcentagem de graduados nesses segmentos de renda dos cursos que mostraram os menores razões

de chance. Por exemplo, os cursos ligados a Formação de Professores e Ciências da Educação tem 4,80% do total de seus graduados no ou acima do percentil 95 de rendimento, número que cai para 0,52% quando se restringe apenas para o percentil 99. Este curso, juntamente com os cursos ligados a área de Administração e Comércio, são os mais realizados no Brasil, com 20,51% e 23,41% do total de graduados, respectivamente, seguido por direito com 10,42% de graduados.

Tabela 2
Dados referentes ao rendimento bruto do trabalho principal
no mês de Julho de 2010 para pessoas com idade maior ou igual a 25 anos

Modelo 2		
	Renda95 Base(0): Percentil 0 (R\$1,00) - 95 (R\$5000,00) Percentil 95 ao 100 (1) = 1	Renda99 Base(0): Percentil 0 - 99 (R\$10200,00) Percentil 99 - 100 (R\$952513) = 1
Média	Percentil 0 - 95 = R\$ 936,26 Percentil 95 - 100 = R\$ 9165,77	Percentil 0 - 99 = R\$ 1104,70 Percentil 99 - 100 = R\$ 20473,80
Mediana	Percentil 0 - 95 = R\$ 700,00 Percentil 95 - 100 = R\$6800,00	Percentil 0 - 99 = R\$700,00 Percentil 99 - 100 = R\$15000,00
Número de observações	6653978	6653978
Wald chi2	327470,10	97839,95
Prob > chi2	0,00000	0,0000
Constante	0,00134	0,0001664
Log pseudolikelihood	-10021272	-2882741,6
Pseudo R2	0,2369	0,2121
ODDS RATIO:		
Sexo		
Mulher (0) Homem (1)	2,087547	2,290899
REGIÕES		
Base: Nordeste		
Norte	1,325651	1,31719
Centro-Oeste	1,991891	2,06081
Sudeste	1,228364	1,12512
Sul	0,8988698	0,77269
Cor da Pele		
Base: Preta, Parda ou Indígena (0), Branca ou Amarela (1)		
Idade	1,039088	1,044275

Cursos de Graduação**Base: Pessoas sem
graduação**

Medicina	61,30313	34,91355
Direito	18,26595	17,80578
Setor Militar e de Defesa	82,92621	21,57994
Economia	16,06036	14,72279
Engenharia, Arquitetura e Construção	22,91767	16,63481
Produção e Processamento	14,56068	11,46818
Serviços Pessoais, Transportes, Proteção Ambiental e Segurança	8,215445	7,153723
Administração e Comércio	10,35272	8,501064
Jornalismo e Informação	10,45027	8,343109
Agricultura e Veternária	11,24307	8,682827
Computação	12,60509	6,505434
Psicologia e Ciências Sociais	8,438457	5,815662
Ciências da Vida, Físicas, Matemática e Estatística	5,464832	4,354325
Saúde e Bem Estar Social	7,581498	4,392048
Humanidades, letras e Artes	3,89552	2,578545
Serviço Social Formação de Professores e Ciências da Educação	5,201376	2,570998
	2,452669	1,480769

Fonte: IBGE, Censo 2010

As tabelas 3 e 4 mostram os resultados dos mesmos modelos efetuados para renda95 e renda99, isto é, sem desmembrar por curso de graduação e com os cursos de graduação, mas sem mestrado e doutorado. No entanto, a variável dependente é diferente. Para os dois modelos foram efetuadas regressões logísticas com 4 grupos de variáveis dependentes que dialogam entre si, estabelecendo a probabilidade de se sair do primeiro grupo para o seguinte. Dessa forma, essas regressões não levam em consideração a população inteira em análise, mas nos dão uma perspectiva comparativa dos determinantes que levariam uma pessoa a aumentar a sua probabilidade de sair de um grupo de renda mais baixo para um cada vez mais alto, até se chegar ao topo da

distribuição, que no caso foi estabelecido como sendo os indivíduos com idade igual ou maior a 25 anos de idade e rendimento bruto mensal do trabalho principal igual ou maior à R\$28700,00 no mês de julho de 2010, ou seja, os 0,1% mais ricos.

O grupo 1 mostra a probabilidade de se estar entre o percentil 50 – 90 de rendimento mensal bruto do trabalho principal (R\$800,00 ou R\$ 2999,00) em comparação a se estar entre o percentil 0 – 50 (R\$1,00 - R\$ 799,00). Logo nesse grupo o percentil 0 ao 50 é a base (0). O segundo grupo analisa a chance de se sair do percentil 50 – 90, que é a base, para o 90-99 (R\$3000,00 - R\$ 10199,00). O terceiro grupo analisa a chance de, já estando nesse último percentil de renda (90 – 99), que é a base (0) se pular para o percentil 99 ao 99,9 (R\$10200,00 - R\$ 28600,00). Por fim, o quarto grupo analisa a chance de se sair do percentil 99 – 99,9 para o 99,9 – 100 (R\$28700,00- R\$ 952513,00)

Observa-se que em ambos os modelos, sem e com cursos de graduação, o ser homem, em comparação a se ser mulher, aumenta a probabilidade de se estar em um dado segmento de renda, apesar de essa probabilidade ir diminuindo quanto mais alto for o corte da renda. Por exemplo, a probabilidade de se estar entre o percentil 90 a 99 em comparação a se estar no percentil 50 ao 90 é quase 2 vezes maior para homens do que para mulheres. Mesmo no grupo 4, que é o menor recorte de renda, a probabilidade de se sair do percentil 99 ao 99,9 e ir para o 0,1% das pessoas com as maiores rendas do trabalho, é 1,24 vezes maior no modelo sem curso de graduação, e 1,28 no modelo com cursos de graduação para homens em comparação com as mulheres. Apenas 18,48% das pessoas nesse 0,1% são mulheres. No percentil 50 a 90 34, 40% são mulheres. O percentil 0 ao 50 é o único com um número maior de mulheres que homens, constituindo 50,68% das pessoas nesse segmento de renda.

As variáveis das regiões no modelo sem curso de graduação apresenta uma diminuição em seus razões de chance (*odds ratio*) do grupo 1 ao grupo 2 e do grupo 2 ao grupo 3. No entanto, no grupo 4, as razões de chance de todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, se mostram maiores que no grupo 4. No grupo 3 a variável da região Norte começa a apresentar problemas de significância, apresentado um valor p não significativo de 0,599. No grupo 4, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul também apresentam problemas de significância com p-valores de 0,094, 0,129 e 0,118, respectivamente. No grupo 1 todas as regiões apresentam uma probabilidade maior que o Nordeste de estarem no percentil 50 a 90 em comparação ao percentil 0 -50. No grupo

2 a pessoas da região Sudeste e Sul apresentam uma chance menor do que a Região Nordeste de saírem do percentil 50 ao 90 para o 90 ao 99. O mesmo acontece para o grupo 3, no qual a chance de sair do percentil 90 ao 99 para o 99 ao 99,9 é menor do que a do Nordeste caso se seja do Sul ou Sudeste. No grupo 4 a probabilidade de saltar do percentil 99 - 99,9 para o 99,9 - 100 só é menor do que a do Nordeste para a região Centro-Oeste.

No modelo com cursos de graduação, as variáveis das regiões se comportam, de forma geral, da mesma forma que no modelo sem curso de graduação, havendo uma diferença pequena entre o valor das razões de chance (*odds ratio*), que são um pouco menores para o modelo 2, com exceção da variável Sudeste do grupo 3 e Norte no grupo 4. No modelo 2 as razões de chance das regiões diminuem do grupo 1 para 2, mas do 2 para o 3 são maiores para a Região Centro-Oeste e para a Sudeste.

A variável “cor da pele” se comporta de forma similar tanto no modelo 1 quanto no 2, com a diferença que no modelo 2 as razões de chance são um pouco maiores, com exceção do grupo 4, que é um pouco menor no modelo 2 que no 1. Ter a cor da pele branca ou amarela aumenta a chance de subir de segmento de renda em todos os grupos, em ambos os modelos. Por exemplo, ser da cor branca ou amarela aumenta 1,92, para o modelo 1, e em 1,93, para o modelo 2, a chance de sair do percentil 50 - 90 para o 90 - 99, em comparação com pessoas com as mesmas características, mas com a cor da pele preta, parda ou indígena. No grupo 4 essa variável apresenta p-valor de 0,002 para o modelo 1, e 0,069 para o modelo 2. Logo ela é significativa à 5% para o modelo 1, mas não no modelo 2. No percentil 0 - 50, 58,14% das pessoas é preta, parda ou indígena. No percentil 50 - 90 40,51%, do 90 - 99 23,10% e do 99 - 100 14,96%. Percebe-se que, mesmo constituindo 47,15% da população com idade igual ou maior à 25 anos e que declarou ter rendimento do trabalho no mês de referência superior a zero, quanto mais se sobe na escala de rendimentos do trabalho, menor é a proporção de pessoas pretas, pardas ou indígenas.

No modelo 1, o fato de se ter graduação, mestrado ou doutorado completo faz diferença até o último grupo, que é o único no qual o fato de se ter formação de nível superior não aumenta a chance de sair do percentil 99 - 99,9 para o 99,9 - 100. Nos outros grupos, ensino superior completo aumenta a chance de se sair de um grupo para o outro, no entanto essa chance vai diminuindo consideravelmente de um grupo para o outro. A probabilidade de alguém que tenha as mesmas características que outra pessoa,

com a única diferença de a primeira ter graduação, mestrado ou doutorado completo e a outra não, é de mais de nove vezes maior de pular dos 50% mais “pobres” para o percentil 50 – 90 mais ricos. A probabilidade de alguém com ensino superior sair do percentil 50 – 90 para o 90 – 99 é sete vezes maior que a de alguém que não tenha ensino superior completo. No entanto, no grupo 3, que mostra a probabilidade de, considerando que a pessoa já se encontra no percentil 90 – 99, ela subir para o 99 – 99,9, a chance de se salto é 2,90 vezes maior para quem tem formação superior completa. Essas evidências corroboram os dados encontrados na pesquisa de Medeiros (2005), na qual, a partir de dados da Pnad de 1997 à 1999, mostra que um alto nível de escolaridade é fator essencial para um alto salário, sendo importante para se estar entre os 10% de trabalhadores com os maiores salários, por exemplo. No entanto, um alto nível de educação formal não é fator determinante no ganho de “super-salários”, ou seja, não determina a entrada nos 0,1% mais ricos.

No modelo 2, a variável de educação, desmembrada em 17 dummies que tem como base pessoas sem diploma de graduação, se comporta, de maneira geral, da mesma forma que no modelo 1. As razões de chance diminuem de um grupo para o outro, com exceção de Medicina, Oficial Militar e de Defesa e Engenharia, Arquitetura e Construção, que tem um aumento significativo de suas razões de chance (*odds ratio*) do grupo 1 para o grupo 2. Esses são os únicos cursos nos quais mais de 50% de seus graduados encontram-se entre o percentil 90 – 99 de renda bruta do trabalho principal. O grupo 2 também é o único no qual Medicina não apresenta as maiores razões de chance, ficando em segundo lugar, atrás do curso de Oficial Militar e de Defesa, que possui 74,88% do total de seus graduados entre o percentil 90 – 99.

No grupo 3 de renda, os cursos de Saúde e Bem Estar Social; Humanidades, Letras e Artes; Serviço Social; e Formação de Professores e Ciências da Educação, são os únicos que apresentam razões de chance (*odds ratio*) menor que 1, o que demonstra que esses cursos não aumentam a chance de uma pessoa sair do percentil 90 – 99 para o 99 – 99,9. Esses também são os cursos com a menor número de seus formados no percentil 99 – 99,9. No grupo 3 já começam a aparecer problemas de significância estatística, para os cursos de Computação; Psicologia e Ciências Sociais; Ciências da vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística. Dentre estes, apenas Computação apresenta significativa a 10%, com p-valor de 0,068. Os outros cursos - Psicologia e Ciências Sociais; Ciências da vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística -

apresentam p-valor de 0,238 e 0,426, respectivamente. Logo, não se pode garantir a confiabilidade desses dados.

Assim como no modelo 1, no modelo 2 no grupo 4 os razões de chance de todos os cursos de graduação são menores que zero. Logo, nenhuma formação de curso de graduação explica a saída do percentil 99 – 99,9 para o 99,9 – 100. Nesse grupo também aparecem alguns problemas de significância estatística, sendo a variável Humanidade, Letras e Artes não significante a 10%, com p-valor de 0,140 e Agricultura e Veterinária, não significante a 5%, mas significante a 10%, com p-valor de 0,071. As demais variáveis mostram-se significantes a 5%.

De forma geral, os cursos que apresentam a maior probabilidade de fornecer um salto de estrato de renda são: Medicina; Direito; Oficial Militar e de Defesa; Economia; e Engenharia, Arquitetura e Construção. Pessoas com idade igual ou maior a 25 anos e formadas em Medicina apresentaram a maior renda média bruta do trabalho principal, com R\$7509,65 no mês de julho de 2010, seguido por Oficiais militares e de defesa (R\$6606,08), Engenharia, Arquitetura e Construção (R\$5618,75) Economia (R\$4991,18) e Direito (R\$4888,78). Os cursos que apresentaram, de forma geral, as menores razões de chance, também apresentam os profissionais com a menor renda média bruta do trabalho principal: Formação de Professores e Ciência da Educação (R\$1791,17); Humanidade, Letras e Artes (R\$2196,00); Serviço Social (R\$2269,63) Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística (R\$2632,15).

O modelo 1 mostra que a educação superior é importante para se sair dos estratos mais baixos de renda e entrar no estrato dos 10% mais ricos da população. No entanto, a partir do modelo 2, percebe-se que não é qualquer formação de graduação que possibilitará a mesma chance de um salto entre estratos, pois existe uma grande diferença entre os cursos. Alguns aumentam mais a probabilidade de se estar em um determinado segmento de salário do que outros.

Tabela 3

Dados referentes ao rendimento bruto do trabalho principal
no mês de Julho de 2010 para pessoas com idade maior ou igual a 25 anos

Modelo 1

	Grupo 1 Base(0): Percentil 0 (R\$1,00) -50 (R\$800,00) Percentil 50 ao 90 (R\$3000) = 1	Grupo 2 Base(0): Percentil 50 ao 90 Percentil 90 ao 99 (R\$10200,00) = 1	Grupo 3 Base(0): Percentil 90 ao 99 Percentil 99 ao 99,9(R\$28700,00) = 1	Grupo 4 Base(0): Percentil 99 ao 99,9 Percentil 99,9 ao 100 (R\$952513) = 1
Média	Percentil 0 - 50 = R\$ 464,30 Percentil 50 a 90 = R\$ 1320,24	Percentil 90 - 99 = R\$ 4739,65	Percentil 99 - 99,9 = R\$ 15244,65	Percentil 99,9 - 100 = R\$ 61185,05
Mediana	Percentil 0 - 50 = R\$ 510,00 Percentil 50 a 90 = R\$ 1200,00	Percentil 90 - 99 = R\$ 4000,00	Percentil 99 - 99,9 = R\$ 15000,00	Percentil 99,9 - 100 = R\$ 40000,00
Number of obs	6130277	3033944	518523	45491
wald chi2	1.08e+07	256120.40	11435.69	814.43
Prob > chi2	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Constante	0.1355145	0.0116001	0.0053409	0.0865084
Log pseudolikelihood	-34929943	-13420609	-1877722.4	-206129.73
Pseudo R2	0.1344	0.1532	0.0584	0.0288
ODDS RATIO:				
Sexo				
Mulher (0) Homem (1)	2.852215	1.990099	1.856471	1.245318
REGIÕES				
Base: Nordeste				
Norte	1.761878	1.162664	***1,010912	1.425801
Centro-Oeste	2.940954	1.388849	1.323091	***0,8960316
Sudeste	3.260481	0.969341	0.8858501	*1,144174
Sul	3.021098	0.7966607	0.7027374	***1,079386
Cor da pele				
Base: Preta, Parda ou Indígena (0), Branca ou Amarela (1)				
Idade	0.9980733	1.033124	1.03156	1.009442

Graduação Mestrado ou Doutorado completos.	9.862655	7.123504	2.89972	0.4127699
Base: Nenhuma educação formal ou fundamental incompleto				

Fonte: IBGE, Censo 2010
p=0.000; *p < 5%; *** p>10%

Tabela 4

Dados referentes ao rendimento bruto do trabalho principal
no mês de Julho de 2010 para pessoas com idade maior ou igual a 25 anos

Modelo 2				
	Grupo 1 Base(0): Percentil 0 (R\$1,00) -50 (R\$800,00) Percentil 50 ao 90 (R\$3000) = 1	Grupo 2 Base(0): Percentil 50 ao 90 Percentil 90 ao 99 (R\$10200,00) = 1	Grupo 3 Base(0): Percentil 90 ao 99 Percentil 99 ao 99,9(R\$28700,00) = 1	Grupo 4 Base(0): Pecentil 99 ao 99,9 Percentil 99,9 ao 100 (R\$952513) = 1
Média	Percentil 0 - 50 = R\$ 464,30 Percentil 50 a 90 = R\$ 1320,24	Percentil 90 - 99 = R\$ 4739,65	Percentil 99 - 99,9 = R\$ 15244,65	Percentil 99,9 - 100 = R\$ 61185,05
Mediana	Percentil 0 - 50 = R\$ 510,00 Percentil 50 a 90 = R\$ 1200,00	Percentil 90 - 99 = R\$ 4000,00	Percentil 99 - 99,9 = R\$ 15000,00	Percentil 99,9 - 100 = R\$ 40000,00
Number of obs	6130277.00000	3033944.00000	518523	45491
Wald chi2	509355.31000	239035.36000	1286.57	498.12
Prob > chi2	0.00000	0.00000	0.0000	0.0000
Constante	0.14003	0.01749	0.0101824	0.0697732
Log pseudolikelihood	35094376.00000	13556518.00000	-1876903.8	-207765.2
Pseudo R2	0.13030	0.14460	0.0588	0.0211
ODDS RATIO:				
Sexo				
Mulher (0) Homem (1)	2.79252	1.46120	1.45296	1.286993

REGIÕES**Base: Nordeste**

Norte	1.75704	1.15108	***1,016759	1.479277
Centro-Oeste	2.92613	1.32990	1.362316	**0,8844673
Sudeste	3.23893	0.89727	0.9041461	***1,091272
Sul	2.99762	0.74241	0.7010071	***1,108668
Cor da pele				
Base: Preta, Parda ou Indígena (0), Branca ou Amarela (1)	1.61274	1.93885	1.667213	*1,096397
Idade	0.99799	1.03391	1.029415	1.00942
Cursos de Graduação				
Medicina	16.08351	26.32279	3.811341	0.5618253
Direito	10.79948	9.07006	2.795088	0.4286076
Setor Militar e de Defesa	10.83180	56.33581	2.416341	*0,3232806
Economia	10.79045	8.25587	2.405163	0.5724604
Engenharia, Arquitetura e Construção	10.85482	13.70299	2.322756	0.5205805
Produção e Processamento	8.45539	7.72286	1.926512	*0,4016482
Administração e Comércio	10.28083	5.89099	1.544909	0.6190333
Serviços Pessoais, Transportes, Proteção Ambiental e Segurança	8.15234	4.35723	1.515252	*0,5706482
Jornalismo e Informação	11.65244	6.22583	1.499414	0.3687339
Agricultura e Veterinária	8.32875	7.15513	1.458229	**0,7953616
Computação	8.99831	8.22561	**1,097544	0.2567966
Psicologia e Ciências Sociais	12.48277	4.91490	***1,082647	*0,5278014
Ciências da Vida, Físicas, Matemática e Estatística	9.11769	3.28931	***1,043147	*0,6749445
Saúde e Bem Estar Social	11.97999	4.97989	0.8340465	0.6165603
Humanidades, letras e Artes	8.79111	2.66144	0.7055088	***0,7692282
Serviço Social	13.61303	3.50685	0.57146	*0,0995329
Formação de Professores e Ciências da Educação	8.44340	1.84106	0.5152703	**0,7637155

Fonte: IBGE, Censo 2010

p=0.000; *p < 5%; *** p>10%

Conclusões

Essa pesquisa mostrou, a partir dos dados do Censo 2010, que a educação é, de forma geral, a variável de maior impacto na determinação da probabilidade de um indivíduo estar em um determinado estrato de renda salarial.

Nas equações que levam em conta a população inteira em análise tanto no *modelo 1* (no qual a variável educacional se refere à ter graduação, mestrado ou doutorado completos ou não tê-los), quanto no *modelo 2* (no qual a variável educacional foi desmembrada de acordo com os cursos de graduação concluídos), a variável educacional demonstra ter um impacto significativo. No entanto, nos modelos nos quais a população foi dividida em cinco estratos, as variáveis educacionais vão diminuindo de importância, até chegar ao 0,1% mais rico, no qual a educação parece não ter nenhum impacto significativo. A educação é bastante importante na explicação das razões de alguém sair dos 50% mais “pobres” para os 50% a 90% mais ricos. Também é importante na explicação do salto dos 50% a 90% para os quase 10% mais ricos (90% - 99%). No entanto, já se estando no 90% - 99%, a educação perde bastante poder explicativo para determinar a saída desse estrato para o 99% - 99,9% e não explica a saída deste último estrato para o 0,1% dos mais altos salários.

Os cursos que, de forma geral, mais aumentam a probabilidade de ser rico são: Medicina; Direito; Oficial Militar e de Defesa; Economia; e Engenharia, Arquitetura e Construção. Os cursos que menos aumentam a chance de ser rico são Formação de Professores e Ciência da Educação; Humanidade, Letras e Artes; Serviço Social, Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística. Constatou-se também que os cursos de graduação apresentam uma forte divisão de gênero, pois poucos são os cursos que são cursados quase na mesma proporção por homens e mulheres. Os cursos

que possuem um maior número de mulheres são também, de maneira geral, os cursos com as menores razões de chance.

Nos estratos mais elevados de renda, a proporção de homens é consideravelmente maior que a de mulheres e o de pessoas com a cor da pele branca ou amarela é maior do que o de pessoas pretas, pardas ou indígenas. Em todos os modelos, ser homem aumenta as chances de se estar entre os salários mais altos, em comparação a ser mulher, apesar de 58% das pessoas com graduação, mestrado ou doutorado completo no Brasil serem mulheres. Em todos os modelos, pessoas da cor da pele branca ou amarela apresentam maiores chances de estar em um estrato mais elevado de rendimentos salariais que pessoas pretas, pardas ou indígenas.

Essa pesquisa corroborou as suas duas hipóteses iniciais. Primeiramente mostrou que a educação é importante para se sair dos estratos menos ricos para os mais ricos da população. No entanto, a variável educacional perde poder explicativo quanto maior é o corte de renda. Também demonstrou-se que a razão de chance varia consideravelmente de um curso de graduação para outro.

Não há como determinar, a partir desta pesquisa, se os indivíduos trabalham na área de sua formação de graduação. Seria interessante, em pesquisas posteriores, que fosse feita uma análise de *job-skill matching*, no intuito de observar se os determinantes salariais das pessoas se dão de acordo com as habilidades necessárias adquiridas durante a graduação para um determinado trabalho; ou se certos cursos seriam mais procurados por empregadores, apesar de não serem estritamente relevantes para o trabalho.

Por conta da inviabilidade de se saber, a partir dos dados do Censo 2010, a formação de graduação de pessoas com mestrado ou doutorado completo, uma pesquisa que considere a área de formação de graduação e a área de conclusão do mestrado ou

doutorado, seria também interessante para a melhor compreensão dos determinantes dos diferenciais salariais.

Também seria interessante manter a variável educacional dessa pesquisa, mas modificando a sua base de análise, restringindo a população para pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, por exemplo.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah; *Da Violência in Crises da Republica*. S. Paulo: Ed Perspectiva e In Religião e sociedades, 15/1 pags 142-149. 1972

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, p.p 219 – 225. 2010

BARROS, Ricardo Paes et al. Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. UNESC/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 195-214.

BARROS, Ricardo; MENDONCA, Rosane; SANTOS, Daniel; QUINTAES, Giovani. *Os determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Pesquisa e planejamento econômico, 31(1). 2001, p.1-42

BRANDÃO. Zaia; LELLIS. Isabel. *Elites Acadêmicas e Escolarização dos Filhos*. Educ. Soc., Campinas, vol.24 n.83, p.509-526, agosto 2003

BOURDIEU, Pierre: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre: *The Forms of Capital*. In: EDUCATION: Culture, Economy and Society. Oxford-New York: Oxford University Press. 1997

BUARQUE de HOLANDA, Sergio; *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1982

CÉSAR, C.C.; SOARES, J.F. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v.18, n.1/2, p. 97-110, jan./dez. 2001.

DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp. 1999

DUMONT, Louis. *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, SP, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarquicus: Os sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp. 1997

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Editora Globo. 2008

FERREIRA, Francisco. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* In. R.Henriques(Ed), desigualdade e pobreza no Brasil(1st Ed., pp.131-158). Rio de Janeiro: IPEA. 2000

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

KUENZER, Acácia. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida. *Educação & sociedade*, 31. 2010, p.851-873

LUKES, Stephen. *Power*, Part 1 “A Radical View”. N. York, Palgrave MacMillan, 2005.

MARTELETO, Leticia J. *Educational Inequality by Race in Brazil, 1982-2007; Structural Changes and Shifts in Racial Classification*. *Demography*, v. 49, n. 1, p. 337-358, 2012.

MARX, Karl: O Capital: Critica da Economia Politica. Ed: Nova cultura. São Paulo: 1988

MARX Karl & Friedrich ENGELS: Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global Editora. 1986

MEDEIROS, Marcelo: *O Que Faz os Ricos Ricos: O outro Lado da Desigualdade Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec. 2005

MICHELS, Robert – *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982

MILLS, C. Wright – *A elite do poder*, capítulo XII (“A elite do poder”). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 319-49.

MINCER, Jacob. *Investment in Human Capital and Personal Income Distribution*. *Journal of Political Economy*, vol. 66, No. 4 (Aug., 1958), pp.281-302.

MOSCA, Gaetano – “A classe dirigente”, em SOUZA, Amaury de (org.) – *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966

NIETZSCHE, Friedrich – *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, São Paulo: Companhia das Letras. 1992

ORTEGA Y GASSET, José – *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962

PANDOLFI, Dulce; “*Percepção dos Direitos e Cidadania*” in PANDOLF, Dulce et al. (orgs) *Cidadania, Justiça e Violencia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999

PARETO, Vilfredo: *Vilfredo Pareto: sociologia*. In: *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1984

PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Pocket; 2000.

REIS, Elisa P. Percepções da Elite Sobre Pobreza e Desigualdade. RBCS Vol. 15 No 42 fevereiro/2000. Pp.143-152

ROCHA, Maria Silvia; PEROSA, Graziela. *Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira*. Educação e Sociedade, v. 29, nº 103. São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques: *The Social Contract*. London: Penguin Classics. 1968

ROUSSEAU, Jean-Jacques: *Discours Sur L'Origine et les Fondements de L'Inegalite Parmi Les Hommes*. Paris: Univers de Lettres Bordas. 1987

SCALON, Celi. *Justiça como Igualdade? A Percepção da Elite e do Povo Brasileiro*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, No. 18, jun/.dez. 2007, p.126-149

SCHUMPETER, Joseph – *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar. 1984

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Tendências da desigualdade educacional no Brasil*. In:Dados, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, 2000.

SIMON, Yves. *A general concept of authority*, Londres, University of Notre Dame Press, 1980.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental - 1998 a 2005*. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2008.

VILELA, Elaine M.; COLLARES, Ana Cristina M. *Origens e Destinos Sociais: Pode a Escola Quebrar essa Ligação?* Teoria&Sociedade No 17.2 – julho-dezembro de 2009. Pp.62-92

WEBER, Max: *Classe, Estamento e Partidos*: in Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1982

WEBER, Max: *Política como Vocação* in Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1982

WOLF, Alison. *Does Education Matter? Myths about education and economic growth*. London: Penguin books. 2002

